

JULIANO DE ALMEIDA PIRAJÁ

O TEATRO DE VIANNA

ASPECTOS DA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA NO SEGUNDO REINADO

BRASÍLIA

2006

JULIANO DE ALMEIDA PIRAJÁ

O TEATRO DE VIANNA

ASPECTOS DA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA NO SEGUNDO REINADO

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre. Programa de Pós-Graduação em História (Área de Concentração: História Cultural), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof^ª. Dr.^ª Eleonora Zicari Costa de Brito

BRASÍLIA

2006

JULIANO DE ALMEIDA PIRAJÁ

O TEATRO DE VIANNA

ASPECTOS DA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA NO SEGUNDO REINADO

Dissertação aprovada como requisito à obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História (Área de Concentração: História Cultural), da Universidade de Brasília, pela comissão formada pelos professores:

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Eleonora Zicari Costa de Brito

Departamento de História, UnB

Prof^a. Dr.^a Maria T. Ferraz Negrão de Mello

Departamento de História, UnB

Prof. Dr. Noé Freire Sandes

Departamento de História, UFG

Prof^a. Dr.^a Diva do Couto Gontijo Muniz

Departamento de História, UnB

Brasília, 27 de setembro de 2006.

*A José Otávio,
mestre e amigo*

Em que cidade estamos?

*A câmara municipal diz-me, afirma-me,
convence-me de que estamos no Rio de
Janeiro. Os polemistas políticos,
entretanto, só me falam de Roma.*

*Roma para aqui, Roma, para ali. O Jornal
do Commercio só é nosso em pouca coisa;
quase tudo é discutir a cidade eterna, não
a moderna, mas a outra.*

*Qui nous delivrerera des Grecs et des
Romains?*

*O caso é que eu já não estou certo se sou
um badaladeiro fluminense ou
simplesmente o flautista de Ambrosius.*

*Tanto me romanizaram que eu penso
vestir a toga quando envergo a casaca!*

Machado de Assis,
Semana Ilustrada, 3 de novembro de 1872

AGRADECIMENTOS

O esforço de uma pesquisa é sempre muito compensador. Ressalto nestas linhas os nomes daqueles que contribuíram para o desenvolvimento deste projeto.

Agradeço à minha orientadora, Eleonora Zicari Costa de Brito, uma amiga próxima e exigente, que generosamente me acolheu como seu orientando. Às suas críticas pertinentes e sugestões instigantes, devo os resultados deste trabalho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília e à CAPES, pelos recursos disponibilizados.

Agradeço aos amigos do Núcleo de Estudos Clássicos (NEC-HIS) do Departamento de História da Universidade de Brasília. A José Otávio Nogueira Guimarães, que despertou em mim o gosto pelos antigos e pela pesquisa, e que me ensinou o papel que devem assumir aqueles que educam. À Sonia Lacerda, muito querida e sempre atenta. E aos companheiros de caminhada: André Leme, Daniel Faria, Daniela Pires, Flávia Lemos, José Óliver, Juarez Távora, Maria Villar, Rodrigo Falcão e todos os outros nequianos.

Agradeço à professora Thereza Negrão, pela amizade e atenção. Leitora que há muito tempo acompanha minha formação, contribuindo continuamente. Obrigado.

Agradeço a Noé Freire Sandes, pelos valiosos comentários que muito me ajudaram a realizar esta dissertação.

Agradeço aos amigos e colegas da Universidade Estadual de Goiás, especialmente aos da Unidade Universitária de Formosa, onde leciono. Um abraço carinhoso à coordenadora do curso de História, Ângela Maria Ricci Borchardt, e aos amigos Fábio Santa Cruz e Mônica Abreu, pelo afeto e companheirismo.

Agradeço aos meus ex-alunos, e agora companheiros de caminhada, Álvaro Ribeiro Regiani, Edson Wilson e Michelle dos Santos, sempre dispostos a uma boa discussão. Deixo também meu reconhecimento a todos os outros alunos que, direta e indiretamente, contribuíram para esta pesquisa.

Agradeço ao amigo Fabiano Camilo, pelo compromisso com a revisão do texto e pelo companheirismo durante mais esta etapa.

Agradeço à Émile Andrade, amiga recente, repleta de energia.

Agradeço ao indispensável amigo Luiz Henrique de Azevedo Borges.

Agradeço ao amigo Marcelo Rodrigues dos Reis, principal incentivador deste passo.

Agradeço aos amigos sempre presentes: André Teles, Comandante do Valle, o casal Égades Coneira e Pollyana, Gabriela, Luiz Fernando de Lara Rezende, Marília Gabriela, Rogério Porto (P.A.), Rodrigo Otávio e família penhorada, Vinícius - e todos os outros que por ventura eu tenha esquecido.

Agradeço também à minha família. À minha mãe, pela formação sempre aberta que me proporcionou. Aos meus irmãos, Cláudio e Daniel, e aos moleques todos que eles botaram no mundo.

Agradeço à minha mulher, Lilian, amiga, companheira e amante, que com seu carinho e preocupação constantes atenuou o peso de todo o esforço. Obrigado, meu amor. Eu te amo.

Formosa, setembro de 2006.

RESUMO

Anos de conformação do quadro político, o Oitocentos brasileiro difundiu ideais de representatividade política bastante variados. Neles se configuraram as primeiras tentativas, brasileiras, de implantação de uma forma de governo federativa e autônoma, tendo como elemento predominante a questão da representação política, em contraste com o poder imperial, emanado da família real. Durante o segundo reinado brasileiro, a construção de modelos políticos esteve profundamente marcada pela formação intelectual das elites que ocuparam a cena política daquele tempo. A educação dessas elites havia sido orientada dentro de um modelo fundado nas tradições clássicas e ibéricas. Interessa a esta pesquisa o movimento do quadro político oitocentista brasileiro na construção de um contexto que se pretendia moderno e transformador e que, sobre as tradições de um passado que atraía, propunha a apropriação de questões pertinentes à organização social e política do seu tempo. Um dos mais curiosos exemplos foi o deputado Antonio Ferreira Vianna, formado no Imperial Colégio Pedro II, distinguindo-se principalmente em letras clássicas e também formado em direito em São Paulo. Depois de sua educação formal, Antonio Ferreira Vianna atuou como panfletário, jornalista e, por mais de vinte anos, como deputado na Câmara dos Deputados do Império. Esta via de trabalho abre caminho para perguntas essenciais que podem permitir um avanço sistematizado na percepção de como idéias e conceitos europeus, antigos e modernos, ultrapassaram, por meio da educação formal, o Atlântico e fizeram nova morada.

Palavras-chave: Império do Brasil, tradições intelectuais, educação, cultura política, identidades, Antonio Ferreira Vianna.

ABSTRACT

Years of political establishment, the XVIII century spread a wide range of political representativity ideals. It represented the first Brazilian attempts of implementation of an autonomous federative form of government whose main issue was the political representativeness, in contrast with the Imperial Power from the Imperial Family. During the Brazilian Second Reign the construction of political models is deeply marked by the formation of the intellectual elites that ruled the political arena by then. The education of this elite was oriented by the classical Iberian traditions. This research is interested in the movement of the political actors from the XVIII century in the construction of a context that proposed to be modern and transforming and about that past attracted traditions, proposed the appropriation of questions concerning the social and political organization of its time. One of the most interesting examples is from the Deputy Antonio Ferreira Vianna formed in the Imperial Scholl of Pedro II, distinguished mainly in classical letters and graduated in law in São Paulo. After his formal education, Antonio Ferreira Vianna acted as a pamphleteer, journalist and for more than twenty years as Deputy of the House of Representatives from the Empire. This work introduces important questions that may allow a systematized advance in the perception of how European ideas and concepts, modern and old, crossed the Atlantic through the formal education and made a new settle.

Key words: Brazilian Empire, intellectual traditions, education, political culture, identities, Antonio Ferreira Vianna.

SUMÁRIO

1	Introdução ou O seqüestro de Vianna
9	O palco: o que ensina nossa historiografia
32	O ensaio: educação como ação política
44	O drama: uma conferência com os antigos
62	A crítica: Vianna e o Parlamento
83	Conclusão: cai o pano
88	Fontes
89	Bibliografia

INTRODUÇÃO

OU O SEQÜESTRO DE VIANNA

Quando o historiador mergulha no passado, ultrapassando suas próprias vivências e recordações, conduzido por perguntas, mas também por desejos, esperanças e inquietudes, ele se confronta primeiramente com vestígios, que se conservam até hoje, e que em maior ou menor número chegaram até nós. Ao transformar esses vestígios em fontes que dão testemunho da história que deseja apreender, o historiador sempre se movimenta em dois planos. Ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem, ou então, com ajuda de hipóteses e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios. No primeiro caso, os conceitos tradicionais da linguagem das fontes servem-lhe de acesso heurístico para compreender a realidade passada. No segundo, o historiador serve-se de conceitos formados e definidos posteriormente, isto é, de categorias científicas que são empregadas sem que sua existência nas fontes possa ser comprovada.

Reinhart Koselleck,
Futuro passado

Antonio Ferreira Vianna apareceu-me ao final da leitura de um texto de José Murilo de Carvalho.¹ Na conclusão de *Teatro de sombras*, Carvalho afirma que a relação ambígua estabelecida entre os proprietários rurais e a burocracia imperial ocasionou distorções de perspectiva na interpretação da cultura política oitocentista, tanto para os contemporâneos como para os historiadores. “Gerava um complexo jogo de realidade e ficção, a tal ponto que as duas se confundiam freqüentemente, a ficção tornando-se realidade e a realidade ficção.”² A arena política, um teatro de representações conflitantes, era o espaço onde os atores políticos tentavam destacar-se no enredo do drama que se desenrolava no império. D. Pedro II, evidentemente, assumia um papel de destaque na encenação. A visibilidade do aparato simbólico da realeza atestava a vitória do modelo centralista. Na prática, contudo, a centralização jamais foi plenamente alcançada. Como nos tempos coloniais, não era possível para o Estado independente atingir todas as províncias, muito menos todas as municipalidades. A imagem do imperador, que figurava no centro do palco, tornava presente, nas regiões distanciadas da corte, aonde a administração central não chegava ou chegava apenas parcialmente, o Estado ausente.

Nas últimas páginas de *Teatro de sombras*, Carvalho discorre sobre um pequeno panfleto que circulou pela cena política brasileira no final da década de 1860, *A conferência dos divinos*, escrito e publicado por Antonio Ferreira Vianna, em 1867. Na interpretação do libelo, Carvalho ressalta a metáfora teatral utilizada por Vianna na representação do mundo político em que vivia. O panfleto relata um debate retórico entre D. Pedro II e dois déspotas da Antigüidade, na Roma imperial. Na narrativa de *Teatro de sombras*, Antonio Ferreira Vianna permanece no palco por um instante muito breve, mas o relance no qual é contemplado foi suficiente para suscitar em mim interrogações. Se, na sociedade brasileira do século XIX, a convivência ambígua entre as elites gerava distorções de pontos de vista na compreensão do jogo político,

¹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

² *Ibid.*, p. 419.

por que Vianna recorreu a um tempo antigo, também repleto de ambigüidades interpretativas, para realizar a encenação de um drama do seu tempo? Tratava-se somente de um recurso de retórica? De uma alegoria? Ou havia algo mais?

Para tentar responder essas perguntas, eu precisaria saber mais a respeito de Vianna. José Murilo de Carvalho fornecia uma pista, a referência a uma obra de 1956, organizada por Magalhães Júnior, *Três panfletários do segundo reinado*. O livro narra as vidas de três políticos brasileiros da segunda metade do século XIX, oferecendo, de cada um deles, a reprodução de um panfleto de sua autoria. São eles, Francisco de Sales Torres Homem, autor de *Libelo do povo*, Justiniano José da Rocha, autor de *Ação, reação, transação*, e Antonio Ferreira Vianna.

Os panfletos “traduziam-se como veículos de idéias esclarecidas, desenvolvendo-se entre o terreno da curiosidade e o da ação, constituindo-se como uma nova esfera pública para o pensamento político”.³ Dos muitos panfletos escritos no Oitocentos, apenas alguns conseguiram atingir um público amplo; a maioria possuía uma distribuição reduzida. Não obstante, esses folhetos clandestinos, quase todos assinados com pseudônimos ou publicados sem autoria, usufruíam liberdades muitas vezes vedadas à imprensa. Consistem, portanto, em fontes instigantes para o estudo do império brasileiro.

A referência à Antigüidade remetia o panfleto de Vianna a tradições intelectuais remotas. Na sociedade brasileira oitocentista, a vinculação do presente da nação em construção a passados muito distantes era recorrente nos esforços de criação de uma identidade para o novo país:

“Origens provisórias”: sondar o passado, buscar as origens, definir uma identidade e uma memória coletivas. Tornar a nova nação parte da civilização, ao lado das demais nações “civilizadas”, foi uma preocupação marcante do pensamento sobre o Brasil no século XIX. Registrar e (re)construir uma história, estabelecer os marcos relevantes a serem retidos, valorizados e cultivados voluntariamente pela memória e dotá-los de sentido na direção do objetivo almejado. Partilhar enfim, e primordialmente, a herança da

³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Revan, 2003. p. 39.

cultura ocidental, que permitiria lançar o olhar para um passado longo, glorioso e remoto.⁴

Meu primeiro contato com Vianna realizou-se através da leitura d'*A conferência dos divinos*, um texto mordaz que apropria com desenvoltura representações antigas, convertendo D. Pedro II em um César caricato que confessa que havia feito do seu reinado uma farsa. Vianna fez os contemporâneos rirem, ao pintar um quadro extravagante e sarcástico do poder imperial.

O conhecimento do mundo da literatura panfletária desvelou uma segunda faceta de Vianna. Pouco tempo após a publicação da *Conferência*, ele assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados do Império, onde permaneceu até a queda do regime monárquico. Foram quase vinte anos de ininterrupta atividade parlamentar. E a curiosidade transformou-se em uma pesquisa, quando constatei que era pequena a presença de Vianna na literatura historiográfica. Com exceção dos textos de Magalhães Júnior e de José Murilo de Carvalho, a ação política de Vianna no segundo reinado foi esquecida pelas histórias políticas do império brasileiro. Todavia, o efeito do panfleto – carregado de profunda ironia, contendo críticas severas às práticas políticas – fora instigante demais para que eu pudesse me esquecer de Vianna. Se ele havia atuado por quase vinte anos como parlamentar, certamente existiam registros da sua passagem pela Câmara dos Deputados do Império. Ao me debruçar sobre os anais, ao remexê-los, deparei-me com uma surpresa e um desafio: a ação parlamentar de Vianna fora imensa. Orador importante do Partido Conservador, ele ocupava a tribuna do Parlamento com o mesmo desembaraço com o qual havia escrito *A conferência dos divinos*. Seus discursos eram repletos de citações de autores do passado e de alusões a antigas tradições intelectuais, revelando um homem de formação erudita, clássica, mas que estava preparado para a modernidade do século XIX. Vianna participou da maioria

⁴ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: UnB, 2004. p. 22.

das discussões que grassaram no Parlamento durante os anos das suas legislaturas. Muitas vezes, esteve à frente dos principais debates das décadas de 1870 e 1880. Como era possível que um homem que havia ocupado uma posição tão proeminente no Partido Conservador e na Câmara permanecesse silenciado, seqüestrado, pela historiografia? À medida que prosseguia a pesquisa arquivística, eu percebia que Vianna não era a única personagem do cenário político imperial que fora seqüestrada. A historiografia deixou de privilegiar muitos outros importantes atores políticos daquele tempo.

O dia-a-dia do Parlamento, nos anos 1870 e 1880, era marcado por discussões sobre as medidas necessárias à regulamentação da política brasileira. Os atores defendiam interesses variados. No excelente *Teatro de sombras*, José Murilo de Carvalho mapeia os grupos que operavam no cenário da política imperial, mas uma pergunta relevante persiste ao término da leitura: como os atores se movimentavam naquele teatro de sombras?

A pesquisa histórica das linguagens, dos discursos e dos conceitos é hoje uma das principais atividades a que se dedicam os historiadores interessados em compreender os autores do passado. De fato, é muito interessante tentarmos compreender o uso, por habitantes de outras épocas, de termos e conceitos que para nós, hoje, fazem pouco sentido.⁵

A passagem, retirada de um artigo de Marcelo Jasmin para a *Revista de História da Biblioteca Nacional*, revela que os historiadores sempre estão à procura de novas possibilidades de contato com homens e mulheres do passado. Os temas não se esgotam, novas preocupações e novas formas de aproximação permitem que problemas inusitados e interessantes sejam continuamente descobertos.

A proposta da pesquisa foi justamente observar uma personagem hoje pouco conhecida, cuja trajetória pode ajudar a delinear com mais precisão os contornos

⁵ JASMIN, Marcelo. A democracia e seus cavalheiros. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 1, n. 11, ago. 2006, p. 98.

incertos das relações entre as elites no segundo reinado. A cultura política brasileira costuma ser apresentada, por um lado, como conseqüência de um misto de dominação tradicional com dominação racional e legal – a base social do coronelismo – e, por outro, como resultado de um misto de dominação carismática com dominação racional e legal – a base social do populismo. Essa conhecida dualidade afirma a existência de um conflito incessante entre o clientelismo personalista e o insulamento burocrático, entre o particularismo e o informalismo do indivíduo – um ser concreto, envolvido em relações sociais, o “homem cordial” – e o universalismo e o formalismo das instituições, os quais pressupõe como sujeito o cidadão – uma abstração por excelência.⁶

Ao acompanhar a performance de Vianna no Parlamento, eu pretendia apreender a política brasileira sob um prisma que escapasse da dualidade das interpretações dominantes. A experiência de Vianna permite que entrevejam práticas diferentes surgindo na arena política, que passa então a se afigurar como um campo de ações complexas, onde interagem atores que haviam recebido uma educação erudita, que os tornava habilitados, e os autorizava, portanto, a atuar naquele espaço.

A metáfora teatral foi conscientemente perseguida, pelo valor heurístico que encerra – demonstrado, por exemplo, pelo *Teatro de sombras*, de José Murilo de

⁶ O conceito de homem cordial, de Sérgio Buarque de Holanda, possui significados sutis. Derivada dos vocábulos latinos *cor*, *cordis*, a palavra cordial significa orientação pelo coração. O homem cordial é um indivíduo cujas formas de sociabilidade estão centradas nos sentimentos, nas relações pessoais concretas e diretas, informais. O antípoda do homem regido pela razão, cujas formas de sociabilidade são conduzidas pelo formalismo e pela abstração. Para Buarque de Holanda, a cordialidade não é tão-somente uma característica psicológica do homem ibérico, mas uma característica da constituição do homem ibérico como um ser que está inserido em uma determinada estrutura de relações sociais. O foco da discussão é a dicotomia entre o público e o privado. O homem ibérico, habitante de um mundo rural e patriarcal, jamais se permite dominar por uma entidade abstrata como o Estado, rejeitando as modalidades de relacionamento impessoal e universalista. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Carvalho - e também pela evidência de que os próprios homens do Oitocentos - entre eles, Vianna, que representou teatralmente a vida política do império, n' *A conferência dos divinos* - vivenciavam a política como teatro.

O primeiro capítulo, "O palco: o que ensina nossa historiografia", apresenta o cenário, o mundo político brasileiro do século XIX, mas também realiza uma abordagem crítica de algumas idéias sobre o tema, recorrentes na historiografia. A preocupação foi afastar Vianna das representações e hipóteses de narrativas que inserem de forma mecânica o Brasil no espaço internacional oitocentista. Neste sentido, o capítulo funciona como uma carta de princípios, aproximando o discurso e a ação de Vianna de outras preocupações, de outros domínios. Antes de ingressar no Parlamento, Vianna publicou panfletos e escreveu artigos em jornais. Até então, sua prática política estava circunscrita ao campo da escrita, mas no momento em que assumiu a função de deputado, ele passou a atuar *no* Parlamento. É no interior desse ambiente político tantas vezes ignorado que o veremos, posteriormente, em ação.

O segundo capítulo, "O ensaio: educação como ação política", discorre brevemente sobre a educação e os laços intelectuais que aproximavam as elites brasileiras do século XIX. O estudo do ensino e da formação intelectual, que funcionavam como um meio de homogeneização das elites, permite que identifiquemos nos discursos políticos oitocentistas as recepções de idéias do passado, como as da tradição ibérica, cujo modelo corporativo de compreensão e organização da sociedade ressoava constantemente nas falas e nos textos de Vianna.

Na Câmara dos Deputados, Vianna conservou características e idéias do jovem panfletário que havia sido, sustentando, muitas vezes, opiniões que entravam em choque com a posição oficial do seu partido. Sua ação política tende a fazer mais sentido a nossos olhos quando a aproximamos da formação intelectual que ele recebeu. Talvez só assim possamos entender um conservador tão liberal como Vianna, um *conservador panfletário*. A educação oitocentista pode fornecer uma chave para compreendermos a similitude existente entre as idéias e as ações dos conservadores e dos liberais - a qual os torna tão confusos e indistintos para nós.

O terceiro capítulo empreende uma longa viagem no espaço e no tempo. “O Drama: uma conferência com os antigos” discute *A conferência dos divinos*. O pequeno panfleto permite uma visita ao gabinete de leitura de Vianna. Sua relação com a Antigüidade revela-nos um leitor sofisticado, capaz de construir um enredo moderno com personagens e eventos do mundo antigo. Vianna, que tinha consciência de que suas idéias políticas remetiam a tradições longínquas, considerava que o conhecimento do passado podia ser proveitoso para o entendimento do presente.

Ao focar a importância que o passado e a Antigüidade, em particular, possuíam para Vianna, o capítulo três aprofunda a reflexão sobre a relação entre educação e ação política na sociedade do século XIX. O capítulo também opera no sentido de refutar a tese de que as idéias brasileiras foram cópias, produtos de imitação. Ao lermos a *Conferência* recusando a tese de que as idéias possuem lugares aos quais se ajustam, podemos perceber a criatividade e a originalidade da apropriação feita por Vianna do mundo antigo.

O quarto e último capítulo, “A crítica: Vianna e o Parlamento”, apresenta algumas discussões de Vianna na Câmara dos Deputados. Como afirmado anteriormente, sua atuação parlamentar foi imensa, mas nos muitos e distintos debates de que participou, ao longo de cerca de vinte anos, esteve presente, como uma constante, o profundo descontentamento com o poder moderador. Privilegiando sua postura sempre combativa em relação a D. Pedro II no Parlamento, foi possível ressaltar a continuidade entre as preocupações do panfletário e as do deputado.

O PALCO: O QUE ENSINA NOSSA HISTORIOGRAFIA

A situação política que o Imperio hoje occupa entre as nações não tem outra base senão os sacrificios de um povo opprimido impostos pelo entusiasmo que inspirou a grandeza de seus destinos, a consciencia de seu poder, e a fé em seus direitos. Ir além de seu dever, é conquistar a gloria; não transpôr os limites da obrigação, é manter o bem-estar individual. Sem entusiasmo não se vai adiante do dever, fica-se áquem da gloria.

Antonio Ferreira Vianna (1869)

A história da cultura política imperial brasileira está sendo revista. Novas perguntas têm suscitado inquietações entre pesquisadores da sociedade brasileira do século XIX, ampliando os debates acerca da época. Velhas questões em nova roupagem? Parece que não. A revisão traz à tona também novas personagens; e eventos que, à primeira vista, pareciam insignificantes criam intrigas diferentes, preenchendo espaços ora vazios ora convenientemente abandonados no tempo para ser esquecidos.

O extenso debate, há muito estabelecido, sobre a autonomia da cultura política brasileira em face das transformações pelas quais passava o mundo ocidental, nos séculos XVIII e XIX, contribuiu, em muitos casos, para a reconstrução do império do Brasil em fases (o apogeu, as guerras externas, a decadência). Os tempos da

monarquia brasileira compreendidos como um ensaio para a definitiva autonomia política, alcançada somente com a proclamação da república, em 15 de novembro de 1889. Essa forma de conceber o passado tende a elidir a especificidade da sociedade imperial, reduzindo-a a um mero estágio do processo que conduziria à formação do regime republicano. Trata-se de um lugar-comum que reconduz à idéia de progresso histórico. Como corolário, parte da historiografia brasileira atribui ao pensamento político do período imperial expectativas contraditórias às experiências vivenciadas e compartilhadas pelos atores políticos, conferindo às instituições monárquicas um sentido e uma finalidade inelutáveis: a república, considerada “como progresso e como ordem; como um ponto de chegada inevitável e como ponto de partida de um novo processo que se procura ter sob controle”.¹ A narrativa histórica assume inadvertidamente a concepção de progresso contida no pensamento republicano brasileiro do final do século XIX. O destino natural da nação que se formara nos trópicos havia sido interrompido, no império, pela “ambição, subserviência e inépcia da geração que fizera a Independência”, conforme afirmou, no dia 14 de maio 1888, o *Diário Popular*, jornal ligado ao Partido Republicano Paulista.² O *Manifesto republicano de 1870*, que arrematava com a declaração “[s]omos da América e queremos ser americanos”, apresentava uma pátria eivada por distinções arbitrárias e privilégios, governada por uma monarquia aristocrática, oligárquica e tirânica, desprovida de uma identidade americana.³ Sem lugar, estava fadada ao fracasso. Destronada, permitiria, finalmente, o estabelecimento do princípio federativo e o asseguramento da ordem. Para Mattos, o *Manifesto* “expressava com nitidez uma determinada maneira de contestar uma direção que se exercia por mais de três

¹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do império à república. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989, p. 164.

² *Ibid.*, 169.

³ MANIFESTO republicano de 1870. In: MENESES, Djacir (Org.). *O Brasil no pensamento brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 744.

décadas. As idéias e princípios que o sustentavam deitavam suas raízes no solo em que se decompunha a velha sociedade escravista gerada pela colonização”.⁴

Os movimentos intelectuais e políticos que se moldaram no Brasil, após a independência, construíram alternativas variadas para a organização do novo país. Unidade ou fragmentação? Monarquia ou república? Todavia, à medida que se confrontavam, os diferentes projetos terminavam por operar e suturar as feridas, em nome de uma unidade ideológica: “os donos do poder fortaleceram-se com o tempo, os burocratas públicos ficaram ainda mais burocratas, o judiciário permaneceu venal e o povo, esse, perpetuou-se sob eternos males a ele impostos e mazelas por ele próprio criadas”.⁵

Em paralelo ao fortalecimento das elites locais – as quais Raymundo Faoro também denominou os donos do poder –,⁶ iniciado ainda na época colonial, formava-se um classe ilustrada luso-americana, que passou a depender das instituições criadas originalmente com a finalidade de homogeneizá-la e cooptá-la ao serviço do Estado português. Após a emancipação política, tais instituições continuaram influenciadas, em profundidade, por modelos oriundos da metrópole, que haviam enxergado o Brasil como uma extensão do domínio centralizado de Lisboa.⁷

Ao reinterpretar as representações e as idéias pertencentes à cultura política lusitana e as estruturas governativas do reino de Portugal, às vésperas da independência da colônia luso-americana, António Manuel Hespanha aventou argumentos contrários à tese da centralidade da coroa portuguesa na condução da

⁴ MATTOS, *Do império à república*, p. 168.

⁵ ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: UnB, 1993. p. 27.

⁶ Cf. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 24.

administração das colônias situadas além-mar.⁸ No campo da historiografia lusitana, a defesa da existência de um centralismo monárquico objetivaria fazer jus à imagem do gênio do colonizador português. No domínio da historiografia brasileira, a proposição de um colonialismo absoluto legitimaria a aspiração à independência, manifestada pelo povo do Brasil.

Não houve, de acordo com Hespanha, um projeto colonial minuciosamente definido, com modelos e estratégias gerais. A colonização possuía um estatuto múltiplo e um direito pluralista. Essa compreensão não apenas reforça o argumento acerca da existência das autonomias provinciais, como também confere historicidade às elites políticas que se forjaram na América portuguesa.

Sérgio Buarque de Holanda, José Murilo de Carvalho, Maria Odila Leite da Silva Dias, Ilmar Rohloff de Mattos, entre outros, argumentam que, sobre as cinzas da administração colonial, as elites políticas, recrutadas entre a classe econômica dominante, educadas e treinadas para a tarefa de construção de um Estado moderno, empreenderam esforços no sentido de manutenção da unidade do novo país e de conservação do regime de privilégios próprios aos agrupamentos aos quais pertenciam. Na avaliação de Miriam Dolhnikoff, para esses historiadores, a unidade foi assegurada pela vitória do aparato estatal estabelecido pela corte, instalada no Rio de Janeiro, o qual se impôs sobre os grupos regionais que não possuíam projetos de unidade nacional.⁹ Para Evaldo Cabral de Mello, a vitória haveria se consolidado

⁸ “[...] parece difícil sustentar [...] a tradicional imagem de um império centrado, dirigido e drenado unilateralmente pela metrópole. Esta agonia dos enviesamentos imperialistas vai obrigar à revisão de uma grande quantidade de trivialidades inconsistentes, desde o imperialismo e a exploração metropolitanos até algum exagero na questão do ‘pacto colonial’.” HESPANHA, António Manuel. As estruturas políticas em Portugal na época moderna. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. 2. ed. rev. e ampl. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP, 2001. p. 139.

⁹ DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005. p. 12-13.

em 1824, durante o processo de independência, com a derrota do projeto federalista pernambucano e a outorga da Constituição por D. Pedro I.¹⁰

Miriam Dolhnikoff observa que as teses desses autores – embora identifiquem vários eventos capazes de influenciar e mesmo de atuar de maneira significativa na preservação da unidade nacional do Estado que emergia na América do Sul – sustentam sempre a hipótese da marginalização das elites provinciais em relação aos processos decisórios realizados no Rio de Janeiro.¹¹ Para Dolhnikoff, os arranjos políticos implantados a partir da década de 1830, em especial o Ato Adicional de 1834, não eliminaram por completo as autonomias das províncias, nem a capacidade de representação das elites regionais na Câmara dos Deputados: “Desse modo as elites provinciais tiveram papel decisivo na construção do novo Estado e na definição de sua natureza. Participaram ativamente das decisões políticas, fosse na sua província, fosse no governo central. E ao fazê-lo constituíram-se como elites políticas”.¹²

O debate intensifica a necessidade de uma história da cultura política brasileira oitocentista. Uma revisão que pretenda recuperar personagens esquecidas não pode desconsiderar a herança política do período colonial, a qual evidencia a aproximação das idéias políticas brasileiras do século XIX com a representação corporativa da sociedade, característica do mundo ibérico. A supressão dessa herança, na interpretação histórica, conduz à concordância com o *Manifesto republicano*, à admissão de que o modelo de governo imperial era tímido nas exigências políticas e frágil na organização das questões de Estado. Os mais de quarenta anos de reinado de D. Pedro II haveriam sido uma farsa.

Ao procurar outra perspectiva para o estudo da cultura política do império brasileiro, principalmente no longo segundo reinado, esta pesquisa encontrou-se

¹⁰ Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: 34, 2004.

¹¹ DOLHNIKOFF, op. cit., p. 12-13.

¹² Ibid., p. 14.

diante desse debate. Olvidar todas as estruturas institucionais construídas em mais de trezentos anos de colonização ou acolher a participação das elites políticas regionais na construção do novo Estado?

Reconhecer que o ideário de transformação do mundo político, durante o segundo reinado, foi muito mais do que uma impostura, e não apenas um ensaio para o progresso definitivo da nação, e que a unidade territorial e política alcançada durante o governo de D. Pedro II não foi somente o resultado de uma centralização obtida pela corte, sediada no Rio de Janeiro, configura uma estratégia eficaz de compreensão da vontade e do empenho de construção de uma nação civilizada nos trópicos. É preciso ressaltar ainda que o arranjo institucional promovido pelas elites realizou-se em um palco, onde elas conseguiram encenar suas representações, idéias e atitudes, apresentando seus programas para a nação. O Parlamento brasileiro foi a arena desses embates.

A leitura dos anais do Congresso brasileiro revela que a oposição pública de idéias e de projetos orientava-se pelos interesses regionais em disputa e pelo debate sobre as competências do governo central. O enredo do drama mostra - muito mais do que a luta entre um grupo que defendia a centralização e outro que possuía como bandeira a salvaguarda das autonomias provinciais - atores políticos cujas aspirações terminaram por conferir colorido diversificado à natureza do Estado e da nação. Atores que se esforçavam para precisar um vocabulário normativo, apto a descrever e legitimar seus atos perante o restante da sociedade.

O caso do deputado Antonio Ferreira Vianna representa um dos exemplos mais interessantes. Gaúcho de Pelotas, Vianna foi, ainda menino, para o Rio de Janeiro, onde estudou no Imperial Colégio de Pedro II, distinguindo-se principalmente em letras clássicas e línguas alemã e inglesa. Tornou-se tradutor das fábulas de Lessing e dos contos do cônego Schmid. Aos vinte anos de idade, mudou-se para São Paulo, com o intuito de cursar direito e tornar-se advogado. Um dos seus colegas de turma foi Quintino Bocaiúva - mentor e principal autor do *Manifesto republicano*, de 1870 -, na companhia de quem fundou um pequeno jornal, *A Honra*,

de tendência nitidamente republicana. O periódico contribuiu para a entrada dos dois jovens, estudantes de direito, nas fileiras liberais.¹³

Em 1854, Vianna ingressou definitivamente nas discussões políticas da época, ao publicar, pela Tipografia Liberal, o panfleto *A fusão*, que traçava um paralelo entre a conciliação dos partidos na França e a conciliação dos partidos brasileiros, iniciada em 1853, pelo marquês do Paraná. Na França, a conciliação ocorrera entre legitimistas, orleanistas, socialistas e comunistas, tendo a frente Adolphe Thiers, que, segundo Vianna, não havia se colocado ao lado de nenhum dos grupos. No caso do Brasil, onde a conciliação fora promovida por “focas cabeças”, Vianna não aceitava que a incipiente oposição se vinculasse sem debates ao governo, pois a atitude acarretaria grandes danos ao país. No panfleto, sua admiração dirigia-se aos vultos franceses que haviam resistido à coalizão: Berrier, Guizot, Victor Hugo.¹⁴

Em 1856, formado, Vianna voltou para o Rio de Janeiro. O regresso marcaria sua vida pública. Na capital, aceitou o cargo de promotor público, que lhe foi oferecido por José Tomás Nabuco de Araújo, político conciliado e ministro da Justiça do gabinete do marquês do Paraná. Quando foi eleito deputado pela província do Rio de Janeiro, em 1869, Vianna já era um dos mais importantes políticos nos quadros da facção conservadora.

Antonio Ferreira Vianna capitulou? Foi seduzido pela boa-vida da aristocracia fluminense? Esqueceu-se do seu passado de panfletário liberal? A hipótese desta pesquisa é que não. O que parece haver mudado, nas duas últimas décadas do segundo reinado, as quais coincidem com os vinte anos da carreira de Vianna como deputado, foram as premissas do próprio conservadorismo.

Ao estendermos o olhar sobre a cultura política brasileira do século XIX, em especial ao segundo reinado e à atuação de Vianna no Parlamento, procuramos

¹³ MAGALHÃES JÚNIOR, R. Ferreira Vianna e a “conferência dos divinos”. In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. (Org.). *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 219-264. passim.

¹⁴ FERREIRA VIANNA, Antonio. *A fusão* apud MAGALHÃES JÚNIOR, op. cit., 223.

descrever os tempos do império não como um ponto de passagem, evitando assim conduzir nossas investigações consoante as teses que recortam o período imperial em fases.

O fim da era napoleônica e a passagem do século XVIII para o XIX concluíram, na Europa, uma série de transformações que desestabilizou uma organização social e política que se formara na Idade Média; nos últimos vinte e cinco anos do século XVIII e no primeiro quartel do século XIX, sucederam-se mudanças que possibilitaram o surgimento de novas modalidades de relações sociais, políticas e econômicas; evidentemente, os ventos das mudanças no Velho Mundo sopraram nas colônias européias das Américas; no Novo Mundo, as reações não diferiram daquelas que ocorriam na Europa; movimentos que pretendiam a superação do antigo colonialismo e a emancipação das colônias espalharam-se pelo continente americano; com a independência dos Estados Unidos, em 1776, ficara provado que a condição colonial não era um estatuto perpétuo; os ideais de autonomia adentraram os espaços de discussão política e conduziram ao colapso definitivo do antigo regime. Obviamente, todas essas transformações não se materializaram de uma só vez. O que interessa nesse pequeno e esquemático relato é a suposição equivocada de que as sociedades do século XIX encontraram, de maneira similar, uma fórmula homogênea de organização social e política.

Na historiografia brasileira, essa idéia contribuiu, durante muito tempo, para a construção de uma narrativa que vinculava a passagem da colônia para o império independente a um plano geral, caracterizado, na maioria das vezes, pelas estruturas econômicas e pelas relações internacionais da segunda metade do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX. Como observou Maria Odila Leite da Silva Dias, no princípio da década de 1970, poucas investigações foram realizadas acerca dos processos de ajuste ocorridos na colônia e, posteriormente, no Império do Brasil.¹⁵ Da década de 1930 em diante, parte da historiografia brasileira preocupou-se em

¹⁵ Cf. DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986. p. 160-184.

relacionar a emancipação política à série de mudanças pelas quais passava a sociedade europeia, articulando o panorama colonial em ebulição às pressões exercidas pelo cenário internacional. As transformações – que expressavam, ao mesmo tempo, o ocaso de um modelo de organização do Estado e a ascensão de uma nova dinâmica social – acabaram desestabilizando o tripé que sustentava as sociedades europeias e a dominação colonial: o caráter divino das monarquias absolutas, o mercantilismo, o pacto colonial. As teses principais seguiam por um caminho que consistia em associar o surgimento do império brasileiro à conjuntura de desmoronamento daquele tripé.

Em consonância com discussões historiográficas recentes, podemos admitir que, embora a sociedade portuguesa do antigo regime haja sido considerada, tradicionalmente, como harmônica, favorecida por representações concordantes, e que ruína em decorrência da Revolução Liberal do Porto e da independência brasileira, sua estrutura corporativa apresentava conflitos bastante específicos:

Os reis atuavam sob o duplo estímulo de uma função conservadora, a da justiça, e outra dinâmica, a de promover a riqueza do reino, tema que os séculos de Ouro verão enfatizado e valorizado. A segunda função não podia implicar na desorganização da primeira, na implosão da estrutura tradicional, sob pena de lançar o reino numa perigosa zona de turbulência. Embora aumentando o controle sobre os espaços internos, a grande aposta do rei para o incremento de seu poder consistirá em criar mecanismos – simbólicos e efetivos – novos e externos à ordem social e à própria sociedade tradicional. Ele troca o conflito interno pela expansão externa, apostando num mundo em invenção para construir espaços sob seu inteiro domínio. As virtualidades deste territorialismo ampliado propiciaram às Coroas Ibéricas um caminho alternativo ao percurso histórico francês, inibindo as possibilidades de ruptura violenta com a tradição. A América e o ultramar estão para as Coroas Ibéricas como Versalhes está para o rei da França, com possibilidades infinitamente maiores do que aquelas de um pequeno jardim encantado.¹⁶

Na outra margem do Atlântico, a sociedade imperial brasileira herdou valores e hábitos da secular tradição política lusitana. O ideário de São Tomás de Aquino,

¹⁶ BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício: iberismo barroco na formação americana*. Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 266-267, 276.

um dos modelos filosóficos do antigo regime ibérico, legitimou relações sociais fundadas no caráter desigual dos indivíduos e dos grupos, e justificou a manutenção da escravidão. No império do Brasil, as práticas políticas caracterizavam-se principalmente pela separação entre o público e o privado e pela diversidade de modelos para a organização do novo Estado. Os atores políticos visavam “a aceitação e perpetuação de um padrão de atitudes pessoais que norteava a vida doméstica, entre o interesse do Estado ou o da *res publica* e o do indivíduo”.¹⁷

Se, por um lado, o Atlântico foi compreendido como um espaço de distanciamento – que separava Portugal e a América lusitana, propiciando a formação de mundos distintos –, e a independência brasileira, entendida como o momento de instituição de um novo projeto político – diferente daquele que vigorara durante os séculos de colonização – para a organização da nação que surgia; por outro, o Atlântico pode ser considerado como um fator de integração, que, ao invés de apartar, aproximava Portugal e a América lusitana, revelando-os, em alguns momentos, como pares e iguais. Isso é uma questão de interpretação.

Para Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves o que faltou durante muito tempo à historiografia brasileira foi a percepção de que nas duas margens do Atlântico, sobretudo no começo do século XIX, os fundamentos da cultura política eram semelhantes.¹⁸ A historiadora identificou uma série de práticas comuns, específicas às duas culturas, e optou por buscar nas peculiaridades da Ilustração portuguesa valores e idéias que permitiram às elites econômicas, políticas e intelectuais do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves refletir sobre os estatutos da sua organização social e política:

Analisar a cultura política do período de 1820-1823 no mundo luso-brasileiro significa, pois, identificar as práticas particulares, por meio das quais a elite política e intelectual dava significado às suas atitudes e interpretava a realidade que a rodeava. Vinculadas ao

¹⁷ ARAÚJO, op. cit., p. 24.

¹⁸ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Revan, 2003. p. 26.

ideário político da independência, essas práticas revelam, entretanto, uma cultura plasmada naquela que a própria elite portuguesa elaborou até 1821. Assim sendo, é necessário, em primeiro lugar, buscar na peculiar ilustração portuguesa as origens e as fontes ideológicas dessa cultura política. Em segundo, definir os instrumentos que a veicularam. Por fim, situar os principais autores que a manipularam, exprimindo, nessas práticas e símbolos os seus valores e objetivos.¹⁹

O jogo criativo da historiografia brasileira não perdeu o ritmo na tentativa de criar amálgamas entre os mais diferentes tipos de idéias e projetos do passado, procurando recriar, a cada novo texto, as bases da nacionalidade brasileira; dessa maneira, limitou os debates acadêmicos à natureza, à miscigenação, ao liberalismo econômico inglês (“importado às avessas”), eludindo a tradição política ibérica ou legando-a a um segundo plano. As apreciações que seguiram esse modelo ignoraram questões importantes:

Pois a questão fundamental aqui não é a apreciação sensível de distintos “estilos de vida”, conforme lânguida expressão estimada pelos universitários da geração *jeans*, mas compreender que as respectivas tradições [ibérica e anglo-americana] surgem de uma matriz moral, intelectual e espiritual comum. Dentro dessa matriz, entre os séculos XII e XVII, foram feitas opções e construídos modelos conceituais que viriam a produzir os diferentes padrões do que chamamos de “civilização ocidental”. Lá pelo final desse período formativo, algumas posições características chegaram a associar-se vagamente com as subculturas de estados nacionais novos e em perspectiva. Nenhuma dessas posições era hermética, nem estava privada de tensões e contradições internas.²⁰

Neste sentido, inserir a atuação de Antonio Ferreira Vianna no cenário da cultura política brasileira oitocentista pode contribuir não somente para a demonstração da proximidade entre conservadores e liberais, mas também para a compreensão das formas pelas quais esses dois importantes agrupamentos políticos do império buscaram traduzir e organizar o mundo que os rodeava.

¹⁹ Ibid., p. 27.

²⁰ MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 22.

O que se pretende é observar justamente os momentos nos quais dois ambientes se encontravam, momentos que podem revelar muito mais sobre a realidade do passado político brasileiro do século XIX do que a conhecida máxima sobre a atmosfera política imperial: “nada mais igual a um saquarema do que um luzia no poder”.²¹

O primeiro ambiente, que podemos entrever como a facção conservadora, era formado pelo grupo político do projeto independentista vencedor, que se fortaleceu na luta pela centralização política – comandada por homens como Bernardo Pereira de Vasconcelos, o marquês de Caxias e o visconde do Uruguai – e se consolidou entre 1853 e 1856, graças ao marquês do Paraná e o ministério da conciliação.²² O núcleo dessa elite, que havia estudado em Coimbra, onde fora educado nas tradições do direito romano e do mercantilismo absolutista, foi responsável pela organização do novo Estado, visando a manutenção do regime de propriedade e a preservação dos privilégios.

O segundo ambiente, que podemos vislumbrar como a facção liberal, constituiu-se com o fortalecimento dos ideais de democracia e de república, que haviam inspirado debates e lutas na América lusitana, desde a época da Inconfidência Mineira. Não obstante a historiografia brasileira interprete como regionalistas e separatistas a maioria dos movimentos suscitados, durante o período colonial, pelos ideais democráticos e republicanos, convém ressaltar que exprimiram as primeiras tentativas de implantação de formas de governo federativas e autônomas possuindo como preocupação predominante o tema da representatividade.

As fronteiras entre os dois ambientes jamais estiveram precisamente delineadas, nunca foram rígidas. Nem o espaço da facção conservadora nem o da

²¹ CAVALCANTI, Holanda apud GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Partidos. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 564.

²² DIAS, *A interiorização da metrópole (1808-1853)*, p. 171.

facção liberal podem ser demarcados a partir de ideologias e hábitos homogêneos e absolutamente coerentes e inequivocamente distintos. Conquanto existissem, entre os dois ambientes, tensões que eclodiam, de tempos em tempos, em microconflitos, o nomadismo era uma prática recorrente: os atores políticos moviam-se entre as tênues e imprecisas fronteiras que os separavam. “Divergiam frontalmente quanto ao papel do Legislativo e, sobretudo, no tocante à questão do Poder Moderador, ensejando vasta discussão política no Parlamento e na literatura jurídica posterior a 1860”,²³ mas sempre procuravam impedir que as discordâncias, os desacordos e, eventualmente, os conflitos desestabilizassem a ordem social que garantia suas posições e seus privilégios:

A própria estrutura social, com o abismo existente entre uma minoria privilegiada e o resto da população, polarizaria as forças políticas, mantendo unidos os interesses das classes dominantes. O sentimento de insegurança social e o “haitianismo”, ou seja, o pavor de uma insurreição de escravos ou mestiços como a que se dera no Haiti em 1794, não deve ser subestimado como traços típicos da mentalidade da época, reflexos estereotipados da ideologia conservadora e da contra revolução européia.²⁴

Todavia, embora marcada por um forte interesse na manutenção da ordem vigente, a cultura política imperial formulou debates sobre diferentes modelos de autoridade. No segundo reinado, as negociações entre o poder moderador e as elites regionais eram muito delicadas. O diálogo entre a majestade e as elites econômicas, políticas e intelectuais estava continuamente pautado no consenso sobre a necessidade de união da nação. Como observa Hannah Arendt, “se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve sê-lo, então, tanto em contraposição à coerção pela força como à persuasão através de argumentos”.²⁵

²³ ENGEL, Magali Gouveia; VAINFAS, Ronaldo. Conservadorismo. In: VAINFAS (Dir.), op. cit., p. 167.

²⁴ DIAS, *A interiorização da metrópole (1808-1853)*, p. 174.

²⁵ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. p. 129.

Ao recuperarmos os dois ambientes políticos referidos anteriormente, o debate se amplia e se ilumina. No dia 15 de abril de 1869, ao meio-dia, a Câmara dos Deputados reuniu-se na primeira sessão preparatória dos trabalhos legislativos daquele ano. Em 1869, novos deputados, eleitos no pleito do ano anterior, tomaram assento na casa. O novo quadro político representava uma renovação limitada, mas Câmara vinha sofrendo, desde o final da década de 1850, uma paulatina e importante modificação. Os principais nomes da política imperial, formados nos duros embates do período regencial, aos poucos desapareciam da cena política, cedendo lugar a novos deputados, que a ocupavam abrindo outros cenários.

Os anais da Câmara dos Deputados, do dia 15 de abril de 1869, registram sucessivas listas de diplomas eleitorais, outorgados aos novos parlamentares provenientes de todas as províncias do reino. Da primeira à vigésima segunda sessão preparatória, estenderam-se vinte e cinco dias, ao longo dos quais os deputados tentaram se organizar internamente: validação de diplomas, autenticação das atas eleitorais de diversos distritos, distribuição de comissões, votação dos pareceres das comissões de autenticação, eleição da mesa diretora. Somente no dia 11 de maio, durante a sessão imperial de abertura da Assembléia Geral Legislativa, a Câmara começou efetivamente a funcionar.²⁶

Na primeira reunião preparatória, a mesa diretora recebeu o pedido de validação do diploma do deputado Antonio Ferreira Vianna, eleito pelo primeiro distrito do Rio de Janeiro. Como poucos nas fileiras conservadoras, Vianna soube preencher os espaços deixados por seus antigos correligionários, os saquaremas, cuja tradição iniciara-se no município fluminense de Saquarema, onde um dos líderes do grupo, José Joaquim Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, possuía uma fazenda. Fizeram parte do grupo Honório Hermeto Carneiro Leão (marquês do Paraná), Araújo Lima (marquês de Olinda), José Clemente Pereira, Euzébio de Queiroz,

²⁶ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 11 de maio de 1869.

Paulino José Soares de Souza (visconde do Uruguai), Bernardo Pereira de Vasconcelos, entre outros.

A sessão imperial de abertura da Assembléia Geral Legislativa iniciava-se, todos os anos, com um discurso do imperador, proferido pessoalmente ou por um representante. Em 1869, a fala do trono, que teve como orador o próprio D. Pedro II, foi curta, clara e austera. Pela primeira vez, durante os anos da guerra do Paraguai, o próprio imperador comparecia à Câmara para a abertura dos trabalhos legislativos. Em doze parágrafos, o monarca apresentou as discussões que, da perspectiva do poder moderador, deveriam marcar o cenário político naquele ano. A majestade agradecia aos “augustos e digníssimos Srs. Representantes da nação” e conclamava o auxílio de “suas luzes e patriotismo”.²⁷

Na visão do imperador, “a tranqüilidade pública permanecia inalterável, graças à boa índole de nossos concidadãos, seu amor às instituições e respeito às leis”. A maior parte da fala do trono referia-se ao prosseguimento da campanha no Paraguai, “a guerra a que nos provocou o presidente Lopez”. Os anos da guerra do Paraguai sulcaram profundamente a imagem de D. Pedro II, que, se não era responsabilizado pelo início do combate, era considerado, de todo modo, como o grande responsável pelo prolongamento do desgastante conflito. O monarca mostrou-se consternado com o elevado número de mortos brasileiros nos campos de batalha, mas estava confiante de que a honra militar dos soldados lhes garantiria a recordação e a gratidão nacionais. Havia também o otimismo pela certeza de que o inimigo não pisava mais o solo brasileiro, embora se reconhecesse que as despesas extraordinárias, exigidas pelo esforço de guerra, desregularam as rendas públicas, mesmo com o incremento das “forças produtivas do Brasil”.

Havíamos caracterizado dois ambientes da cultura política brasileira oitocentista, as facções conservadora e liberal. O primeiro, herdeiro da doutrina da centralização, esteio da ordem durante os anos turbulentos do primeiro reinado e do

²⁷ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 11 de maio de 1869.

período regencial, identificava-se com o pensamento conservador e corporativo, devido sobretudo à educação recebida pelos seus integrantes, dos quais grande parte possuía cargos privilegiados e/ou títulos nobiliárquicos, assegurados pelos anos passados ao lado do imperador. O segundo ambiente – nem sempre em posição contrária ao conservadorismo do primeiro –, que estava empenhado na divulgação do modelo federativo, defendia as autonomias regionais, os ideais republicanos e o individualismo.

Os saquaremas, reputados como responsáveis pela conservação da coroa na frente de D. Pedro II e pela centralização do poder, eram originários do movimento regressista, que sonhara, na primeira década após a independência, com a restauração do império português. O projeto saquarema articulava-se com a tradição política e religiosa surgida em Portugal no século XVI, formulada com base nas idéias do teólogo medieval São Tomás de Aquino, as quais conciliavam o racionalismo aristotélico com as crenças e os valores cristãos: “Nem Deus era deslocado do seu papel de Criador onipresente, nem a razão humana era privada da capacidade de conhecer a verdade no mundo acessível a ela”.²⁸ O rei atuava em prol dos súditos, pois era, pela escolha divina, o único indivíduo capaz de harmonizar “o imperfeito em relação ao perfeito”.²⁹

Os saquaremas haviam defendido a expansão do poder central, o regime de propriedade, os privilégios das elites, a manutenção da escravidão e o programa civilizacional do Estado, o qual, capitaneado pelo monarca, era avaliado como sumamente importante para o sucesso da nação: “os sempre vigilantes olhos do Imperador eram a condição para o triunfo da Ordem, possibilitando a difusão da Civilização; o triunfo da Civilização era a condição da difusão dos valores de uma Ordem. Sob o olhar dominante e vigilante do Poder, o Progresso era a

²⁸ MORSE, op. cit., p. 32.

²⁹ Ibid., p. 55.

Conservação”.³⁰ Entretanto, o grupo dos saquaremas não era mais o mesmo. Vianna, cujas propostas insistiam na importância da atuação política no processo de construção de uma sociedade livre, pode ser considerado como um dos promotores das mudanças ocorridas na facção conservadora. Por mais de vinte anos, os saquaremas advogaram que o rei era o garante da unidade nacional – “o Imperador reina, governa e administra” –,³¹ mas a partir do final da década de 1860, D. Pedro II já não detinha mais o amplo apoio obtido no início do seu reinado.

Na segunda metade do século XIX, as idéias políticas apresentadas no Parlamento brasileiro desdobraram-se em movimentos de mudança. Não obstante, os projetos do poder moderador continuavam insistindo na preservação da autoridade central forte, nos “interesses comuns e gerais da sociedade” e no modelo de civilidade européia.³² A posição que defendia a descentralização governativa e maior autonomia para as províncias, a qual se opunha à centralização sustentada pelo poder moderador, ressurgiu com novo fôlego, promovendo alterações na vida pública e nas relações sociais, no final do século XIX.

Como afirmou José Murilo de Carvalho, na medida em que se tornara, pelas elites e para as elites, um instrumento de conservação das estruturas sociais, somente o Estado imperial seria capaz de transformar a sociedade.³³ Era visível a ambigüidade daqueles membros das elites que propunham reformas sociais, econômicas e políticas: ao mesmo tempo em que exigiam a liberalização do Estado, a redução da centralização, através da extinção do poder moderador, requeriam também a existência de um Estado forte, em face da escravidão, dos contratos de trabalho, da imigração, do crédito para a agricultura e da necessidade proteção à indústria nascente. A continuidade da monarquia, durante todo o século XIX, a

³⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 203.

³¹ Ibid., p. 195.

³² Ibid., p. 194.

³³ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

persistência de uma concepção litúrgica do mundo, a valorização da nobreza, a manutenção da distribuição da justiça nas mãos do imperador e a difícil assimilação da idéia de progresso – definiam o Brasil como uma sociedade alicerçada nos moldes do antigo regime.

Na luta contra o modelo absolutista, as sociedades do século XIX empenharam-se na recuperação de referências antigas para a teoria política e na reconstrução do espaço republicano. Aquilo que se buscava estava relacionado à dimensão da política, e tocava principalmente à organização do Estado e à liberdade e à independência do indivíduo, sobre as quais a sociedade deveria repousar:

Os riscos eram altos quando o indivíduo estava envolvido na prática da virtude cívica, pois ele devia comprometer toda a sua personalidade moral na preservação de um ideal clássico, em meio a uma história não intrinsecamente favorável a esse ideal. Se o indivíduo devia ser virtuoso, ele deveria viver em uma cidade virtuosa. Em uma cidade corrupta, o indivíduo seria corrompido.³⁴

A virtude, considerada por pensadores políticos dos tempos modernos como a força de uma república,³⁵ precisava ser interpretada não apenas da perspectiva da moral ou da religião, mas também do ponto de vista da política. A virtude política constituía o centro das decisões relativas à igualdade e ao amor pela pátria e pelo bem público. A difusão dos ideais do republicanismo cívico na cultura política brasileira desempenhou um efeito transformador na vida pública da sociedade do final do século XIX.

A concepção de modernidade política construída no mundo ibérico e, conseqüentemente, no Brasil, jamais foi unívoca. Vista e revista, foi continuamente ressignificada e reconstruída pelos confrontos de idéias, dos quais o principal consistiu no extenso debate entre as representações corporativa e individualista da

³⁴ POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 25.

³⁵ MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *Do espírito das leis*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.]. p. 52 et seq. SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Paulo: 1996. p. 573 et seq.

sociedade. Ambos os ideários eram conhecidos pela parcela das elites urbanas que se fortalecia desde a década de 1850 e que ocupara novos espaços econômicos, após a proibição do tráfico negreiro. Ao final da guerra do Paraguai, esses comerciantes, industriais e financistas passaram a formar uma efetiva elite civil, que detinha a maioria dos créditos devidos pelo governo central, onerado pelos custos com o abastecimento e o pagamento das tropas. A situação contribuía para o acirramento das discussões acerca de um velho tema imperial: de um lado, províncias ricas mas sem representatividade política, de outro, o Estado central endividado. No jargão da historiografia brasileira, descentralização *versus* centralização.

A principal oposição às idéias políticas da facção conservadora era representada pelo grupo liberal. Contudo, a tentativa de identificação dos significados da noção de liberal, nas Américas, é complicada, pois, como observa Miriam Dolhnikoff, “o termo liberal nomeava grupos heterogêneos, e entre os vários temas que os dividiam estava a proposta de modelos diversos em termos de organização do aparato político institucional”.³⁶

A publicação, em 1868, do livro *Da natureza e limites do poder moderador*, de Zacarias de Góes e Vasconcelos, contribuiu para o fim da conciliação liberal. As idéias e propostas do recém-fundado Partido Liberal, organizado no ano seguinte, fundamentaram-se no *Manifesto do Centro Liberal*, de 1870, o qual, combatendo as velhas teses da facção conservadora, preconizava a ampliação da participação política como requisito para a construção de uma sociedade livre. Também de autoria de Góes e Vasconcelos, o texto concluía propondo a adoção de uma monarquia parlamentarista, próxima do modelo da monarquia britânica, na qual a coroa estaria dissociada do Estado: “O imperador reina, mas não governa”.³⁷

O poder moderador encontrou-se diante de um novo desafio, a partir do final dos anos 1860. Proposições pela descentralização do poder, até então concentrado na

³⁶ DOLHNIKOFF, op. cit., p. 26.

³⁷ GÓES E VASCONCELOS, Zacarias de. *Manifesto do Centro Liberal* apud MATTOS, O tempo saquarema, p. 194.

figura do imperador, tornavam-se correntes, ganhando aceitação não apenas entre os liberais, como também entre a facção conservadora. Tornavam-se cada vez mais evidentes as dissidências de caráter pessoal, provincial ou ideológico.

Aos poucos consolida-se, no lugar do cenário ostensivo dos áureos tempos do imperador, um aparato diverso em que os atores à paisana fazem lembrar antes uma “democracia coroada” do que uma realeza. Com um comportamento próximo ao de seus súditos, o monarca se afasta da imagem do “rei forte” e introduz uma nova figuração cuja estranheza ganha as páginas dos jornais: “Um estrangeiro que passeava anteontem pela praia de Copacabana, com o fim de contemplar as baleias, nos exprimia a sua surpresa por ter visto a família real passeando rodeada pelo povo e conversando com a maior afabilidade com as pessoas de todas as classes [...] Suas majestades não eram acompanhadas por nenhum guarda e somente pelo povo [...]”.³⁸

Na metamorfose do imperador, pode-se perceber o esforço da monarquia para vestir novos trajes. Pompa e circunstância marcavam as falas do trono. No ano de 1869, a cerimônia não foi diferente. As comissões de deputados receberam a família real à porta do edifício da Câmara. Na deputação do imperador, havia vinte e quatro deputados e doze senadores, encarregados de recepcionar D. Pedro II e conduzi-lo ao trono. Para receber os demais membros da família real, outras miríades de parlamentares.

Antes de se despedir, demonstrando plena confiança nos representantes da nação, o imperador expôs suas propostas para o encaminhamento das discussões naquele ano: “a reforma eleitoral, o melhoramento da administração da justiça, uma nova organização municipal e da guarda nacional, e bem assim uma lei de recrutamento e um código penal e de processo militar são, entre outras, necessidades há muito sentidas, e as que urgem atender”.³⁹ Uma nítida mudança de discurso se anunciava: eleições, justiça e reorganização das milícias provinciais em guarda

³⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 321. A citação feita pela autora foi retirada do jornal *Correio Paulistano*, de 28 de agosto de 1870. As omissões no texto são da própria autora.

³⁹ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 16 de abril de 1869.

nacional eram temas que haviam sido evitados com muita competência na primeira metade do segundo reinado.

Como promotor público da corte, Antonio Ferreira Viana estreitara relações no interior do campo político. Em 1859, abandonou a função de promotor e passou a se dedicar ao jornalismo. No início dos anos 1860, foi colaborador do *Correio Mercantil*. Quando Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho desligaram-se da chefia da redação do *Diário do Rio de Janeiro*, Vianna assumiu seus lugares, definindo para o jornal uma linha editorial que combatia veementemente a política liberal do gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcelos. Com a saída de Zacarias, a estrela política de Vianna começou a brilhar. No dia da queda do gabinete liberal, Francisco de Sales Torres Homem, reconhecido como o mais intransigente dos saquaremas - mas que, no passado, fora um panfletário liberal - ofereceu, junto com outras personalidades importantes da facção conservadora, um banquete a Vianna, para cumprimentá-lo pela posição crítica assumida pelo *Diário do Rio de Janeiro* contra a política de Zacarias.

A carreira política de Vianna foi decidida no mesmo dia: ele seria candidato a vereador pelo Partido Conservador. Eleito na primeira experiência na arena política, Vianna alcançou a presidência da Câmara Municipal da corte. A atividade como vereador permitiu-lhe demonstrar a vocação e a capacidade políticas. Em 1869, com o fim do mandato de vereador, foi eleito, pela primeira vez, deputado pela província do Rio de Janeiro, para a legislatura de 1869 a 1872. Nos anos subsequentes, participou ainda de mais cinco legislaturas, de 1872 a 1875, de 1878 a 1881, de 1881 a 1884, e do último quadriênio do Parlamento monárquico, de 1886 a 1889. O último mandato foi entremeado com a pasta de ministro da Justiça. Durante seus quase vinte anos de vida pública como deputado, Vianna desferiu duros golpes contra a figura do imperador. Sempre mordaz, lembrava, a todo o momento, o jovem panfletário que havia sido antes de ocupar cadeiras no Parlamento. Mas, como muitos outros, também ele passara a vestir novos trajes.

O conde Afonso Celso, deputado durante os dois últimos mandatos de Vianna, descreveu com as seguintes palavras a atuação do colega parlamentar:

Completo ator na tribuna, possuía em sua lira todas as cordas, – a cômica, a dramática, a trágica. Figura socrática enigmática, expressiva mas desconcertante, fazia pensar na célebre sentença: a palavra foi dada ao homem para encobrir o pensamento. Encetava o discurso lentamente, a voz cava, o ar humilde, e monacal, olhos baixos, imóvel, como a suplicar misericórdia. Estabelecia-se imediato silêncio: afinavam todos o ouvido, para não desaproveitar uma sílaba daquelas poderosas revelações. A pouco e pouco, a dicção se avolumava, ganhava consistência, o gesto ia-se desprendendo e se inflamando. Era um gosto escutar Ferreira Vianna. Ora pregador, ora tribuno, ora palestrador, brincava com a palavra, e a coloria, e a torcia, e a meneiava como perito artista o seu dócil instrumento. Aqui movimento e fervor, adiante calma e majestade, além entonações burlescas, mais tarde indignação, zombaria, dôr, a ponto de se temer que as lágrimas saltassem. Ajuntai vastos conhecimentos históricos, anedotas picantes, felizes achados de idéias e de expressão, locuções lapidares, muitas das quais ficaram populares. A Dicção sempre rítmica, não se acelerava nos episódios de mais força, guardando inalterável correção. O que dava aos discursos de Vianna sabor particular eram os subentendidos, as reticências, as alusões maliciosas e veladas, freqüentemente ferinas, à pessoa do imperador. A par de trechos cuja harmonia, simplicidade e aticismo atingiam a genuína eloqüência clássica, estalavam inventivas e epigramas tão imerecidos quanto cruéis. A variedade dos tons, a propriedade da mímica e das atitudes, a profusão dos matizes autorizavam afirmar-se que Ferreira Vianna representava seus discursos, regalando os olhos dos circunstantes, além de lhes regalar a inteligência e o ouvido. Tudo estudado e calculado, mas – suprema vitória da arte! – aparentando a frescura e a espontaneidade da improvisação. Até os algarismos eram artisticamente apresentados.⁴⁰

Em 11 de maio de 1869, Vianna integrou a deputação que recebeu a princesa Isabel; e no dia seguinte à fala do trono, foi eleito, com cinquenta votos, para participar da comissão que elaboraria a resposta da Câmara ao discurso do imperador. Daquele dia em diante, até à queda do império, Vianna jamais abandonou a ribalta política. Por sua ação no campo político, poderia ser incluído, consoante às teses de parte da historiografia brasileira, no elenco de personagens representativas de uma nação descompassada, com um pé no passado, na tradição, e

⁴⁰ CELSO, Afonso. *Oito anos de Parlamento: poder pessoal de D. Pedro II*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1927 apud MAGALHÃES JÚNIOR, op. cit.

outro no futuro, na modernidade. Nas próximas páginas, veremos como as idéias e a ação de Vianna podem ser compreendidas sob um outro olhar, sob uma outra perspectiva.

O ENSAIO: EDUCAÇÃO COMO AÇÃO POLÍTICA

No parlamento, nas casas, nos pasquins e até mesmo nas ruas e praças públicas, aqueles que pretendiam dirigir os destinos de uma sociedade que julgava ter completado sua emancipação da tutela metropolitana, expunham suas idéias e programas, procuravam seus sonhos e utopias, expressavam seus temores e angústias. Servindo-se de imagens e conceitos cunhados em países distantes, procuravam ser semelhante às nações que se apresentavam como portadoras de uma civilização.

Ilmar Rohloff de Mattos,
O tempo saquarema

Não é muito antiga a existência de uma organização estável do ensino no Brasil. Na América lusitana, os filhos da boa sociedade usufruíam a possibilidade de complementar a formação na metrópole.¹ A educação, limitada às escolas elementares, permaneceu ao encargo dos jesuítas, que, engajados na ordenação do movimento de colonização, devotavam-se a fortalecer, nas almas que instruíam, o sentimento de fidelidade e obediência à monarquia. Profundamente marcados pelos valores e pela hierarquia tradicionais da sociedade portuguesa, os colégios

¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 25.

dedicavam-se à propagação de uma referência universal para o mundo novo que se formava, compreendido como uma extensão geográfica, espiritual e intelectual do Velho Mundo.

A vinda da corte para o Brasil, em 1808, estendeu parcialmente os espaços de difusão do conhecimento e as possibilidades de contato dos colonos com idéias de divulgação restrita, graças à instalação da biblioteca, da imprensa e do museu régios. O sucesso dos planos emergenciais elaborados para a retirada da família real de Portugal ampliou a autoridade de um dos grandes articuladores de uma política cultural de orientação utilitarista, D. Rodrigo de Sousa Coutinho.² Afilhado de Pombal, ministro nos tempos de D. Maria I, Sousa Coutinho advogava a adoção de um pensamento científico pragmático, capacitado a atender às necessidades imediatas de desenvolvimento do reino.

A partir das reformas pombalinas, os ilustrados, identificados com uma concepção utilitarista de progresso, voltaram-se para pesquisas científicas de caráter prático e aplicabilidades imediatas. A nova postura ética de realização da liberdade e da felicidade, defendida pelas luzes, contribuiu para impulsionar o estudo das ciências. As descobertas e os inventos deviam visar, necessariamente, o proveito e o bem-estar da sociedade:

Apesar do prisma cosmopolita e universal de sua mentalidade de ilustrados, pode-se dizer que seus estudos, de natureza empírica e objetiva, refletiam tão de perto as realidades brasileiras, que constituem valor documental mais acessível para o historiador do que a simbologia da obra dos poetas e oradores da mesma época, adstritos ao formalismo dos moldes do classicismo francês e do arcadismo italiano, sob cujo arcabouço europeu devem ser desvendadas as imagens da terra e as primeiras manifestações nativistas.³

² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 165.

³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. p. 41.

No Brasil independente, os grupos ilustrados que se dedicaram ao desenvolvimento da pesquisa, da técnica e da produção envolveram-se com as propostas e os projetos para o progresso da nova nação. Por conseguinte, a preocupação com as articulações de contexto pretende inserir as reflexões e os debates oitocentistas em um âmbito mais amplo, pois diversos segmentos da sociedade, principalmente as elites, professaram, em maior ou menor medida, de uma maneira ou de outra, um ideal de modernidade que se traduzia em idéias e atitudes. Os grupos ilustrados exerceram papéis proeminentes nas decisões políticas nacionais, intrinsecamente associadas às necessidades de operacionalização da indústria cafeeicultora, cujo produto se tornou, dos anos 1850 em diante, o item mais importante da pauta de exportações brasileiras.

Até a década de 1850, a maioria dos estudantes brasileiros obteve a formação superior na Universidade de Coimbra.⁴ A partir da segunda metade do século XIX, o movimento inverteu-se: a maior parte dos estudantes brasileiros concluiu os estudos em instituições de ensino superior do Brasil. Permanecer no próprio país tornara-se mais interessante do que viajar para o exterior, pois os cursos nacionais pareciam então mais bem preparados para a reflexão e a discussão sobre os problemas específicos da sociedade brasileira. O ensino, mesmo no caso dos estudantes que concluíam os estudos no exterior, funcionava como um importante meio de unificação ideológica das elites imperiais, não somente pela mediação do conhecimento transmitido, mas também em decorrência dos valores e dos hábitos que infundia e dos contatos pessoais que favorecia. Núcleo homogêneo, as elites constituíam, nas palavras de José Murilo de Carvalho, uma “ilha de letrados num mar de iletrados”.⁵

Com a reforma curricular promovida pelo marquês de Pombal, em 1772, a Universidade de Coimbra passou a oferecer uma educação apta a contribuir para a

⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 65.

⁵ Id.

recuperação da economia portuguesa, fragilizada pelas flutuações do preço do açúcar no mercado externo e pela decadência da exploração aurífera na região das Minas. O iluminismo português, que se difundira nos tempos de Pombal, possuía características peculiares: “Seu espírito não era revolucionário, nem anti-histórico, nem irreligioso, como o francês; mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. Era o Iluminismo italiano: um Iluminismo essencialmente cristão e católico”.⁶ O esforço de modernização promovido por Pombal, traçado para reverter a situação desfavorável de Portugal em face dos demais países da Europa, motivou a apropriação das idéias iluministas como propostas de reforma estatal. Combatendo os privilégios tributários dos nobres, afastando a Companhia de Jesus, nomeando homens de negócios para cargos públicos, distribuindo títulos de nobreza a indivíduos que investissem nas companhias comerciais, instruindo as instituições públicas a operar no sentido do fortalecimento do Estado, Pombal esperava conseguir modernizar Portugal e colocá-lo em condições de competitividade com outras nações.⁷ Contudo, o empreendimento do ministro dispôs o clero e a antiga nobreza, acarretando tensões e oposições violentas. Em 1777, com a morte de D. José I e a demissão de Pombal, eclodiu uma reação à política pombalina, a viradeira, que redundou em processos movidos pelo Santo Ofício contra vários professores e estudantes, muitos dos quais foram expulsos das universidades sob as acusações de enciclopedismo, naturalismo, deísmo e heresia.⁸

Intelectuais das regiões européia e americana do império português foram marcados pela expectativa de uma aplicação útil das luzes acesas pelo marquês de Pombal. Entretanto, o caráter pragmático do ensino renovado não pôde ser extensamente aproveitado pela maioria dos estudantes brasileiros da geração da independência, pois eles freqüentaram as universidades portuguesas no começo do

⁶ Ibid., p. 67.

⁷ MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal (1750-1808)*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 45.

⁸ Ibid., p. 69.

século XIX, após a viradeira e a concomitante reorganização dos currículos conforme os modelos pré-pombalinos. As línguas clássicas, os estudos jurídicos, o domínio da teologia sobre a filosofia, do aristotelismo escolástico sobre o cartesianismo retornavam com vigor.

Com a instalação da corte no Brasil, em 1808, ocorreram mudanças profundas no quadro da educação superior. À fundação da Real Academia de Guardas Marinhas e à da Academia Real Militar, surgidas respectivamente em 1808 e 1810, seguiram-se a criação das escolas de medicina do Rio de Janeiro, em 1813, e de Salvador, em 1815, o estabelecimento da Academia de Belas-Artes, em 1820, e a instituição dos cursos de direito de São Paulo e de Olinda. Após a emancipação política, o curso de direito de Olinda foi transferido para o Recife, em 1827; foram criadas, em Ouro Preto, as escolas de farmácia, em 1839, e de minas, em 1876, e, no Rio de Janeiro, a Escola Politécnica, em 1874. Esses espaços funcionavam ao modo da Universidade de Coimbra, como instrumentos de formação das elites e de homogeneização cultural e intelectual.

Os filhos da boa sociedade, que podiam sonhar com uma vaga nessas instituições, substituíram, pouco a pouco, a educação coimbrã pela brasileira. Embora as matrizes curriculares não possuíssem muitas diferenças, a mudança possibilitou formações mais especializadas e profissionalizantes.⁹ Nos tempos do segundo reinado, esses intelectuais haviam atingido a maioria, como o monarca. As origens familiares, as diferentes formações e os níveis de especialização situaram-nos em todos os setores imprescindíveis à construção de uma organização política que pudesse assegurar, simultaneamente, a conservação da hierarquia social – que opunha uma diminuta elite rural e uma pequena classe média urbana a uma imensa massa de escravos e libertos – e o desenvolvimento da nova nação.

Compromissado com a promoção do progresso científico e técnico, a elite intelectual, que começara seu treinamento em Coimbra, nas tradições do direito

⁹ SCHWARCZ, *O espetáculo das raças*, p. 25.

romano e do mercantilismo absolutista, e se especializara nos problemas da sociedade brasileira, jamais poderia estabelecer um novo ordenamento político sem o apoio dos proprietários. Foi isso o resultado de uma organização política que precedeu a organização social? Para responder essa e outras questões, a investigação histórica deve atentar primeiro para a variedade de “linguagens em que o debate político pode se desdobrar [...]”; e segundo [...] para] os participantes do debate político, vistos como atores históricos, reagindo uns contra os outros em uma diversidade de contextos lingüísticos e outros contextos históricos e políticos que conferem uma textura extremamente rica à história, que pode ser resgatada, de seu debate”.¹⁰

A reflexão que pretendemos realizar precisa considerar as sucessivas e diferentes recepções efetuadas pela tradição sobre um conjunto de conceitos cunhados na Antigüidade, os quais foram novamente ressignificados à medida que eram apropriados pelas elites políticas brasileiras do Oitocentos. Idéias que remetem a um longo passado apresentam registros numerosos e variados, às vezes confusos e misturados, os quais, não obstante, podem oferecer indícios, “pontos de passagem”, sobre a compreensão, os usos e mesmo os abusos de determinados conceitos (antigos) em uma sociedade que almejava a transformação e a modernidade.¹¹ Essa abordagem constitui-se também como uma resposta àquilo que a historiografia convencionou denominar “idéias fora do lugar”, porquanto inquire as idéias em campos mais abrangentes, realizando articulações intertextuais e ocupando-se das condições nas quais se praticavam as atividades política e intelectual.

Quando, na década de 1840, Antonio Ferreira Vianna chegou ao Rio de Janeiro para ingressar no Imperial Colégio de Pedro II, era crescente a influência de intelectuais no poder. Idéias e orientações veiculadas em obras de José Bonifácio, do visconde de Cairu, de frei José Martiniano da Conceição Veloso, escritas no começo

¹⁰ POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 25.

¹¹ HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Organização: José Otávio Guimarães. Brasília: UnB, 2003. p. 115.

do século, eram então compartilhadas por muitos indivíduos, cuja formação fora dominada por uma atitude idêntica. Assim, “imbuídos do mesmo estado de espírito, [... houveram] de procurar ser úteis e aproveitar as ‘luzes’”.¹²

Criado por iniciativa de Bernardo Pereira de Vasconcelos, o Imperial Colégio de Pedro II converteu-se, em 1837, na única instituição oficial de ensino secundário do Brasil. Sediado no Rio de Janeiro, o colégio recebia os filhos da boa sociedade, preparando-os para a administração pública, a indústria e o comércio. Provenientes de todas as regiões do país, os meninos ingressavam na instituição entre os dez e os onze anos de idade, após a aprovação nos exames exigidos – leitura, escrita, aritmética e doutrina cristã. Os novos alunos podiam optar por regime de internato ou de meio-pensionista. As aulas eram ministradas no turno matutino; o restante do dia, até as 17h30, era reservado ao preparo das lições. Até 1878, ano da última reforma curricular nos tempos do império, o colégio atribuía maior relevância a disciplinas da área de humanidades na composição da grade curricular: língua nacional, grego, latim, francês, inglês, poética, retórica e filosofia. Aos alunos que concluíssem os oito anos de ensino eram conferidos o grau de bacharel em letras e a entrada, sem necessidade de exames de admissão, nas faculdades brasileiras.¹³

Não obstante também facultasse o acesso a filhos das camadas menos privilegiadas da população, o colégio, onde vigoravam um currículo de bases clássica e humanista e uma rígida disciplina, funcionava, à semelhança da antiga universidade coimbrã, como um instrumento de homogeneização das elites. No Pedro II, formaram-se muitos dos principais funcionários da administração estatal e muitos oradores que asseguraram o brilho retórico dos debates no Parlamento. Na condição de organismo de Estado, o colégio não apenas contribuiu para a definição do caráter elitista da educação na sociedade imperial, mas também difundiu valores considerados, na compreensão dos emissores autorizados, como essencialmente

¹² DIAS, op. cit., p. 44-45.

¹³ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Colégio de Pedro II. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 147-148.

nacionais, e inseriu no currículo o ideal de modernidade e os planos para a modernização do Brasil.

Parte da historiografia interpretou a educação brasileira tão-somente como uma imitação dos modelos de ensino europeus, orientados pelo ideal de civilidade, os quais, à medida que ultrapassavam o Atlântico, inevitavelmente se deformavam em contato com as condições sociais, políticas e econômicas da realidade brasileira: “[...] pois sempre houve modo de adorar, citar, macaquear, saquear, adaptar ou devorar estas maneiras e modas todas, de modo que refletissem, na sua falha, a espécie de torcicolo cultural em que nos reconhecemos”.¹⁴ A compreensão da atividade intelectual no Brasil como imitação e desvio em relação a um padrão intelectual apresenta as idéias brasileiras como vulgarizações e deformações de idéias européias. Grande parte da extensa literatura historiográfica sobre a sociedade imperial esforça-se por determinar os marcos que apontem o local e o momento exatos da fundação definitiva da nacionalidade brasileira, ou seja, os textos que possam ser considerados como os primeiros a inscrever idéias genuinamente brasileiras.¹⁵

Uma mudança de olhar, que considere a especificidade da cultura política brasileira oitocentista, permitiria relacionar os atores, as práticas e os processos sociais às representações, aos conceitos e às idéias que se articulam em cada texto e entre textos. Em contraposição à interpretação que compreende o pensamento da intelectualidade brasileira como imitação, caricatura, deturpação de temas e idéias do pensamento europeu, optamos por uma posição que observe as relações entre as idéias e a sociedade em que viveram os indivíduos que as criaram ou as

¹⁴ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1981. p. 22.

¹⁵ Acerca do intento de parte da historiografia para demarcar os textos fundacionais da nacionalidade brasileira, cf. os trabalhos de Nilo Odalia e de Noé Freire Sandes sobre o assunto: ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: UNESP, 1997; SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: UFG, 2000.

apropriaram, enfatizando a recepção dos textos e a escrita como momentos de construção de sentidos, de recriação de idéias. “Usualmente os analistas tomaram por ponto de partida os sistemas de idéias, como se eles tivessem vida própria. Assim ocultaram o fundamental: são os agentes sociais que fazem uso das idéias, que as selecionam, que as tomam como *orientação* de sua ação”, reelaborando-as consoante as relações de poder e os jogos de interesse do seu mundo.¹⁶

A caracterização das elites brasileiras como imitadoras ou deformadoras de idéias externas, tomadas de empréstimo, impossibilita uma compreensão adequada das ações dos seus integrantes, muitos dos quais desempenharam importantes papéis na direção do Estado. Não se deve esquecer que os tempos do segundo reinado foram uma época de incertezas e indecisões culturais, de redefinição de identidades, uma época na qual se empreenderam esforços coletivos para a construção de um mundo novo. Os primeiros anos após o fim do colonialismo foram tempos nos quais, de acordo com Homi Bhabha:

A enunciação da diferença cultural problematizava a divisão binária de passado e presente, tradição e modernidade, no nível da representação cultural e de sua interpelação legítima. Trata-se do problema de como, ao significar o presente, algo vem a ser repetido, relocado e traduzido em nome da tradição, sob a aparência de um passado que não é necessariamente um signo fiel da memória histórica, mas uma estratégia de representação da autoridade [...].¹⁷

Os homens de saber brasileiros do século XIX traduziram o conhecimento acadêmico em práticas políticas: suas ações fortaleciam-se mutuamente e recriavam-se como ações políticas coletivas. Recepção não significa imitação. A apropriação de idéias do passado e de idéias de sociedades contemporâneas, por parte dos ilustrados, visava tornar compreensível, aos seus olhos, a realidade que os cercava, o mundo em que viviam. Os sistemas de pensamento atuantes na Europa somente se

¹⁶ ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 35. Grifo meu.

¹⁷ BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 64-65.

tornavam significativos no Brasil se pudessem oferecer respostas aos problemas concretos expressos pelas elites. Vianna e seus contemporâneos compartilhavam a perspectiva de associar a educação a um projeto de fundação de uma nação moderna, suas idéias e propostas articulavam-se com estratégias de intervenção política. Ponderavam que para fundar uma nação nos trópicos era preciso compreender o mundo que os rodeava e as experiências que vivenciavam. Desvendando os sentidos da realidade, poderiam estabelecer estratégias eficazes de ação política.

Os membros das elites procuravam reagir à condição de ex-colonos, tentando criar estatutos novos que pudessem representar sua ação política reformadora e criadora. As imagens do Brasil no exterior mostravam um país exótico – de vegetação exuberante, variadas espécies animais e muitas riquezas minerais – e, ao mesmo tempo, uma sociedade pobre, que não despertava grandes interesses econômicos estrangeiros, a não ser em relação a produtos agrícolas. Aos olhos dos ilustrados brasileiros, as idéias estrangeiras, apropriadas para o entendimento do mundo ao qual pertenciam, possibilitavam justamente a construção de uma crítica às representações correntes do Brasil no exterior. O discurso intelectual – e também o discurso político – podia ser ambivalente e, algumas vezes, contraditório, mas isso não significa que não houvesse originalidade no pensamento brasileiro. A suposição de uma importação meramente imitativa de idéias obnubila uma compreensão mais dinâmica do passado.

O desempenho da intelectualidade brasileira não pode ser avaliado a partir de uma matriz externa supostamente rígida e eficaz por si mesma. Assim, não obstante a apropriação da tradição intelectual ibérica e de outras tradições mais antigas, o movimento intelectual e político que existiu nos tempos do segundo reinado estava em consonância com as exigências de um mundo em construção. Toda orientação em um determinado esquema de pensamento supõe uma escolha prévia. Havia uma grande quantidade de modelos, o que tornava indispensável o exercício da crítica, para selecionar, entre a imensa variedade de idéias políticas, éticas e estéticas,

aquelas que melhor atendessem aos valores e aos interesses dos diferentes atores envolvidos na ação política. O lugar do enunciado, do modelo e do leitor é cruzado, portanto, pela diferença: “Nenhuma cultura é jamais unitária em si mesma, nem simplesmente dualista na relação do Eu com o Outro”.¹⁸ Se admitirmos que a ação política é coletiva e que os agentes políticos são livres para traduzir e negociar as próprias identidades, numa temporalidade descontínua, estaremos mais perto de desvendar seus espaços de experiência e suas expectativas em relação ao futuro.

A ação de diferentes ordenamentos culturais no império brasileiro não criou um “torcicolo cultural”. Com efeito, o que parecia acontecer era um esticar de pescoço dos atores políticos, para observar, de outros ângulos, aquilo que lhes interessava, de acordo com o local das suas falas e das suas práticas. Ao mesmo tempo, esses indivíduos também trataram de reinventar ou criar um repertório comum – um conjunto de referências que pudessem compartilhar – para suas ações.

Em decorrência da própria condição, a elite intelectual atuava no campo político com bastante desenvoltura. Pertencessem à facção conservadora ou à facção liberal, os ilustrados elaboraram projetos para a nação, nos quais jamais negligenciaram a preocupação com a transformação das relações de poder, que se realizaria pela modernização do pensamento brasileiro, pela ampliação da participação deles mesmos nas decisões políticas do império e pela definição de uma ação política que pudesse reformar sem alterar profundamente os espaços conquistados pelas elites.

Aquilo que definia a ação política dos grupos ilustrados eram sobretudo as tentativas deliberadas de utilizar o próprio conhecimento na criação dos projetos necessários ao desenvolvimento nacional. O aumento do número de instituições de ensino superior no Brasil, ao longo da primeira metade do século XIX, possibilitou formações diversas, mas sempre direcionadas aos problemas brasileiros. As questões estratégicas de desenvolvimento, como o trabalho escravo, a produção cafeeira, a

¹⁸ Ibid., p. 65.

pequena indústria, os novos sistemas de produção, as estradas de ferro, a urbanização, a mão-de-obra estrangeira, entre outros problemas, ofereciam-se tanto à formulação de propostas políticas de conservação como de renovação. As diferenças entre os intelectuais consubstanciavam-se nas soluções que propunham para os problemas do desenvolvimento, as quais variavam conforme as diversas formações. As posições políticas defendidas no Parlamento durante o segundo reinado estavam então intrinsecamente relacionadas às formações intelectuais. Portanto, o olhar sobre a cultura política no segundo reinado precisa superar a pergunta: “quem manda”? A vontade de poder das elites extrapolou as supostas divergências ideológicas que opunham conservadores e liberais, bem como as lutas pelos espaços de comando, consolidando-se também nos embates pela implantação de projetos de desenvolvimento.

O DRAMA: UMA CONFERÊNCIA COM OS ANTIGOS

Aqueles que pensam que as qualidades do rei, do dono de uma propriedade e do chefe de família são as mesmas não se exprimem bem; eles acreditam que a diferença entre essas várias formas de autoridade não é específica, mas consiste apenas no maior ou menor número de pessoas a ela sujeitas, isto é, quem manda em poucas pessoas é um chefe de família, em mais pessoas é o dono de uma propriedade, em número ainda maior é um estadista ou rei, como se não houvesse diferença entre uma grande propriedade, e uma cidade, mesmo pequena; eles também pensam em relação ao estadista e ao rei, que quando o governo é pessoal seu chefe é um rei, e quando o governo segue princípios da ciência política e os cidadãos ora governam, ora são governados, seu chefe é um estadista; mas estas idéias não correspondem à verdade.

Aristóteles,
Política

Parece consensual a convicção de que o Ocidente seja um mundo democrático, cujas sociedades requerem a democracia como um regime de governo que promulga leis universalmente aplicáveis e que assegura que sejam obedecidas. O prestígio do ideal democrático e os usos dessa forma de governo podem conduzir à suposição

errônea de que a fonte da autoridade política funda-se na participação popular e nas decisões e práticas comunitárias.

Em geral, as discussões sobre os estatutos e as modalidades da política e do Estado modernos aludem à Antigüidade, como exemplificam, incessantemente, os longos itinerários percorridos pela história das idéias e das práticas políticas. Gregos e romanos, com suas formas de agrupamento e de organização políticas, estão quase sempre presentes nos debates.

Christian Meier adverte-nos dos cuidados que devemos tomar quando tentamos estabelecer contatos entre os antigos e os modernos, pois existem muitas possibilidades de incidirmos em deslizos e incorreções nos usos da tradição antiga. Elevado número de apropriações “são casos manifestos de aplicações errôneas”, em decorrência da dificuldade para reconhecer que os estatutos dos agrupamentos políticos da Antigüidade estavam afastados das ordenações políticas do mundo moderno.¹ As particularidades das experiências políticas das sociedades grega e romana estavam relacionadas à economia, às crenças e práticas religiosas, bem como às maneiras pelas quais o passado, o presente e o futuro eram compreendidos.

As tradições grega e romana oferecem uma fonte inesgotável de idéias e práticas que sem dúvida possuem ressonâncias para o homem moderno. Contudo, precisamos recusar as interpretações dominantes – generalizantes e anacrônicas –, que representam a Antigüidade como homogênea e similar ao nosso mundo, para que possamos renovar continuamente nosso conhecimento e nossa relação com ela. Discorrendo acerca das relações do presente com o passado, mas em um outro registro, Alain de Libera interroga-nos: “Para que trabalhar sobre a Idade Média se não deixamos a Idade Média trabalhar em nós?”² Não que não seja legítimo

¹ “Theodor Mommsen acreditou que havia encontrado os partidos do seu tempo na Roma antiga, e entre os historiados que lhe são posteriores há mesmo aqueles que viram bolcheviques atuando: tais ingenuidades são casos manifestos de aplicações errôneas.” MEIER, Christian. *Introducción a la antropología política de la Antigüedad clásica*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1985. p. 55.

² LIBERA, Alain de. *Pensar na Idade Média*. São Paulo: 34, 1999. p. 23.

estabelecer paralelos, similitudes, entre os antigos e os modernos, mas para que estudar o passado se pretendemos tão-somente reduzi-lo a um simulacro do presente?

Eu não tomo como minha a fórmula: “Não existe nada de comum entre o homem grego e nós”. Não é isto. O problema é um problema de método. É preciso adotar uma atitude que assimile as culturas umas às outras ou ao menos que não se interrogue principalmente sobre o que as distingue, ou o historiador deve ao contrário marcar os afastamentos, as distâncias, as especificidades?³

A compreensão da Antigüidade envolve ainda o estudo comparativo de representações e interpretações sobre os mundos grego e romano, construídas nos últimos séculos:

A Europa moderna, em momentos diversos e de diferentes maneiras, jamais cessou de se confrontar com a cultura grega antiga. A quem diga que seria mesmo possível, no quadro da civilização ocidental, compreender uma época, ao menos parcialmente, por meio das representações que teria elaborado da Grécia, assim como pelas maneiras mediante as quais teria sido visto como herdeira de seu legado.⁴

Evidentemente, o espaço e o tempo, e também as relações sociais, a organização política, a estrutura econômica, a cultura, afastavam o império do Brasil da *pólis* grega e da *res publica* romana:

Os gregos antigos inventaram a política. Não a política entendida como jogos de poder entre agentes qualificados para representar, no âmbito do Estado, os interesses desse ou daquele segmento social. Tal conceito, correspondente à configuração do Estado moderno, foi de todo estranho à experiência helênica. No horizonte das cidades autônomas, que era o da Grécia clássica, a *pólis*, longe de conceber-se como entidade ou aparelho destacado da comunidade civil, identificava-se com o conjunto de seus cidadãos. Por isso mesmo, o vocabulário oficial designava preferencialmente as *póleis*

³ VERNANT, Jean-Pierre. Débat. In: DROIT, Roger Pol (Org.). *Les grecs, les romains et nous: l'Antiquité est-elle moderne?* Paris: Le Monde, 1991. p. 455.

⁴ GUIMARÃES, José Otávio Nogueira. A ação do tempo e o tempo da ação: a solidez de Hegel ante a fragilidade grega. *Humanidades*, Brasília, n. 50, set. 2003, p. 117.

pelos respectivos gentílicos: em lugar de Atenas, Esparta ou Tebas, ‘os atenienses’, ‘os lacedemônios’, ‘os tebanos’. O termo política (*tâ politikà*), nessas condições, significava nem mais nem menos ‘os negócios públicos’, aquilo que era de interesse comum, que o próprio cívico decidia e administrava, no exercício das funções governamentais.⁵

Na sociedade brasileira oitocentista, existiram partidos políticos, contemplados com maus olhos na Antigüidade. Não obstante, no interior desses partidos, muitos homens, imbuídos de uma educação clássica, tomaram de empréstimo de textos gregos e romanos idéias e conceitos para pensar sua realidade e elaborar estratégias de ação para transformá-la.

Para conquistar um lugar no campo político, os atores precisavam possuir uma formação que lhes garantisse um emprego na burocracia da corte. No segundo reinado, educação e privilégio mantiveram compromissos de dependência mútua. E ao mesmo tempo em que o conhecimento adquirido tornava os ilustrados cientes da necessidade de modernizar a nação e o Estado, também os predisponha a mirar o futuro sem ignorar o passado e a tradição. Para além dos contrastes que opunham o presente da nação em construção e o passado, os atores políticos identificavam proximidades e similaridades, zonas de encontro entre o tempo onde viviam e os tempos antigos. Perante as muitas recepções e ressignificações da Grécia e da Roma antigas, construídas nos tempos modernos, é preciso refletir se a Antigüidade constituiu, como indaga François Hartog em relação à Europa do século XVIII, “um espaço partilhado de lugares comuns”, de referências que os modernos revisitaram à sua maneira. “Ou, a esses novos atores que faziam sua intrusão na cena política, ela ofereceu algo mais?”⁶

O Brasil do século XIX configura um palco singular e privilegiado para esse tipo de reflexão. As sociedades da Antigüidade e a sociedade brasileira imperial estão extintas, obviamente, mas uma aproximação indireta e parcial, neste caso, das

⁵ LACERDA, Sonia. Ação, risco, persuasão: o humanismo trágico dos gregos. *Humanidades*, Brasília, n. 50, set. 2003, p. 112.

⁶ HARTOG, François. A Revolução Francesa e a Antigüidade: futuro de uma ilusão, ou desenrolar de um quiproquó? *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, 2000, p. 15.

representações e idéias sobre a Grécia e a Roma antigas que foram construídas por homens que viveram na sociedade brasileira oitocentista, é factível.

Em todo contato estabelecido com o mundo antigo, o historiador das idéias e práticas políticas confronta-se com um difícil dilema: deve evidenciar as diferenças entre os valores e hábitos antigos e os valores e hábitos modernos, assinalar a desigualdade e a especificidade dos valores e hábitos do passado, que se formaram em experiências muito distintas daquelas da modernidade, ou deve, ao contrário, tentar perceber que, não obstante as imensas distâncias culturais e temporais, o vocabulário político contemporâneo, herdeiro das linguagens grega e latina, apresenta proximidades em relação aos conceitos cunhados por gregos e romanos? Moses Finley considerava a Antigüidade desesperadamente estrangeira, mas concluía que, quanto mais tomamos consciência de que ela pertence ao passado e de que a distância temporal que nos separa dela instaura uma profunda dificuldade para a interpretação histórica, mais significativo, mais relevante torna-se o diálogo dos modernos com os antigos, pois “ao final, só pode ser um diálogo no presente, sobre o presente”.⁷ Um outro historiador da Grécia antiga, Pierre Vidal-Naquet, manifestou uma concepção distinta, mas não necessariamente contrária, sobre a relação do presente com a Antigüidade: “Se é verdade que só somos historiadores do passado na medida em que estamos presentes neste mundo, devemos constatar que a relação com a Antigüidade faz parte de nossa existência.”⁸

A *demokratía* grega e a *res publica* romana em nada se assemelhavam à democracia e às repúblicas modernas; entretanto, não é possível afirmar que as muitas maneiras pelas quais, nos últimos séculos, os modernos dialogaram com a tradição antiga não contribuíram para a definição que eles – e nós – conferimos aos conceitos de democracia e de república: “O velho de milênios também pode atingir a modernidade: basta que se apresente como uma negação da tradição e que nos

⁷ FINLEY, Moses. *Aspectos da Antigüidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 7.

⁸ VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 194.

proponha outra. Ungido pelos mesmos poderes polêmicos do novo, o antiqüíssimo não é um passado: é um começo. A paixão contraditória ressuscita-o, anima-o e o transforma em contemporâneo”.⁹

No segundo reinado, como já ressaltado, a educação possuía uma preocupação com a formação em bases clássicas. Aulas de grego e de latim facultavam aos alunos um contato cotidiano com valores, representações e idéias do mundo antigo. Platão, Aristóteles, Cícero, bem como alguns dos seus principais intérpretes, estavam presentes no ensino. O que pôde significar a Antigüidade para os atores políticos brasileiros do século XIX que receberam uma formação clássica? Uma coleção de exemplos para os jovens que freqüentavam o colégio Pedro II e as faculdades de direito de São Paulo e do Recife? Uma época na qual entreviam debates e condutas que podiam servir como exemplos e modelos? Uma presença constante, impossível, portanto, de ser subtraída? Ou, ao contrário, apenas um domínio puramente estético, da ordem da simples citação e da alegoria?

Qualquer tentativa de responder a essas questões poderia comportar uma solução pretensamente objetiva, a qual, no entanto, não compreenderia todas as complexidades da relação dos modernos com os antigos. A história, como campo de conhecimento, não proporciona respostas unívocas. Se o mundo antigo é um passado que não podemos olvidar, tampouco ignorar, como afirma Vidal-Naquet, então a tradição política que remonta à Grécia e a Roma antigas configura um pano de fundo para os palcos onde as práticas políticas ocidentais vêm sendo encenadas há cerca de pelo menos dois séculos. De um palco a outro, o pano de fundo antigo não difere muito, e, ainda assim, são sempre diferentes as peças e as encenações que neles se realizam.

Já nos seus primeiros discursos parlamentares, Vianna, que recebera uma educação clássica, refletia sobre o passado e a tradição: “É sério, Sr. Presidente, muito sério, pretender julgar o passado: primeiro porque não vivemos nelle; depois

⁹ PAZ, Octavio. *Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 20.

porque lhe devemos muito: o que possuímos de mais elevado nas artes nas sciências, delle nos veio. Maldito daquelle que dissipar essa herança. Nosso grande dever é conservá-la, para transmitir ao futuro”.¹⁰ E alguns dias depois: “Desenvolver e aperfeiçoar as instituições com necessária energia para conservar e a conveniente ductibilidade para reformar; nem nas escuras penumbras do passado, nem nos nevoeiros do futuro, porque em ambos os casos, ficaríamos nas nuvens. Cumpre manter o passado como lição, defender o presente como garantia, e aspirar o futuro como progresso.¹¹ (O parlamento explodia em palmas e apoiados)”.

Os gritos e palmas de apoio ao discurso de Vianna parecem sugerir que seus colegas parlamentares compartilhavam da convicção de que se a grandiosidade fora possível no passado, ela também seria realizável no presente, a modernidade à qual a nação tanto aspirava elevá-la-ia à altura da Antigüidade.

As referências ao mundo antigo invocavam constantemente modelos ilustres. Em 1867, poucos anos antes de iniciar a carreira política, Vianna publicou *A conferência dos divinos*, pequeno panfleto que, sobrepondo duas temporalidades e eliminando a distância e as diferenças entre elas, apresenta D. Pedro II em uma conversação imaginária com Nero e outro tirano da Antigüidade. Na cidade de Roma, os três homens se encontram e iniciam uma disputa retórica para estabelecer qual deles merecia ser considerado o déspota sublime. O panfleto obteve razoável sucesso, encontrando seus destinatários e gerando especulações sobre a identidade do autor; e quando Vianna assumiu, finalmente, a autoria do texto, já não havia muitas dúvidas a respeito.¹²

¹⁰ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 10 de junho de 1869.

¹¹ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 28 de junho de 1869.

¹² VIANNA, Antonio Ferreira. *A conferência dos divinos*. In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. (Org.). *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 265-275. A opção pela utilização do texto editado por Magalhães Júnior deveu-se à qualidade da reprodução e à facilidade do manuseio. Um exemplar original do panfleto está disponível na Biblioteca do Senado, em Brasília, mas o acesso a ele é limitado. Na edição de Magalhães Júnior, a linguagem do texto foi atualizada e foram acrescentadas as notas de uma versão posterior, redigidas por Anfrísio Fialho, contemporâneo de Vianna.

A conferência dos divinos principia sob a iminência de uma terrível tempestade. Raios e trovões desprendem-se do céu, “a terra treme, o ar rebomba”,¹³ como se a própria natureza se agitasse e se rebelasse com a expectativa do assustador encontro que estava para acontecer. Mas por mais aterrador e agourento que parecesse o clima, o povo continuava a dormir tranqüilamente.

O debate realiza-se na época imperial, quando o fórum deixara de ser “a arena dos Gracos” e convertera-se na “parada dos Pretorianos”, o espaço onde dominava “a espada em vez da palavra.”¹⁴ A evocação dos irmãos Graco remete à experiência republicana romana. Tibério e Caio Graco foram eleitos tribunos da plebe no ano 133 a.C., em um momento de insatisfação generalizada do povo romano com a aristocracia patricia. A expansão de Roma durante o período republicano (509-37 a.C.) havia gerado descontentamentos entre os desprovidos de terra e os desempregados, promovendo um estado de tensão que muitas vezes eclodiu em conflitos, devido ao crescimento expressivo do número de escravos, acarretado pelas conquistas, e aos critérios cada vez mais injustos de distribuição de terras entre os cidadãos da república. Na posse como tribuno, Tibério proferiu um severo discurso contra a conduta da elite patricia:

Os animais selvagens da Itália possuem cada um a sua toca, seu abrigo, seu refúgio. No entanto, os homens que combatem e morrem pela Itália estão à mercê do ar e da luz e nada mais: sem lar, sem casa, erram com suas mulheres e crianças. Os generais mentem aos soldados quando, na hora do combate, os exortam a defender contra o inimigo suas tumbas e seus lugares de culto, pois nenhum destes romanos possui nem altar nem família, nem sepultura de ancestral. É para o luxo e o enriquecimento de outrem que

O panfleto de 1854, *A fusão*, citado no primeiro capítulo da dissertação, também está disponível na Biblioteca do Senado, mas o acesso a ele é ainda mais difícil, devido às condições de preservação do original. Em 1932, ano do primeiro centenário de Antonio Ferreira Vianna, a Câmara dos Deputados lançou uma edição dos seus discursos mais importantes, *Poliantéia*, organizada por Antonio Ferreira Vianna Filho, que não foi utilizada na pesquisa. Optamos pela leitura dos discursos de Vianna nos anais da Câmara dos Deputados do Império, onde podem ser lidos nos seus contextos de fala originais.

¹³ Ibid., p. 267.

¹⁴ Id.

combatem e morrem tais pretensos senhores do mundo, que não possuem sequer um torrão de terra.¹⁵

Tibério e Caio tiveram fins trágicos. Tibério foi assassinado pelo senado e Caio cometeu suicídio, preferindo uma morte honrada ao assassinato. A lembrança da Roma da época dos irmãos Graco contrapõe-se aos tempos do império, tempos nos quais a liberdade da palavra, requisito para a existência da vida política, fora substituída pela violência da guarda imperial. A ação transcorre provavelmente na Roma de Nero, um mundo de desajuste moral e insanidade.

Um homem detém-se diante de uma estátua de Nero, de cento e vinte pés de altura, esculpida por Zenodoro: “Pára o vulto, e pareceu tremer aos pés do monumento. Rasgou-se um relâmpago e rutilou na fronte do desconhecido o diadema dos Césares. Era a sombra de um Senhor do mundo; logo após veio outro e finalmente um terceiro”.¹⁶ O narrador não nomeia os debatedores, mas suas falas fornecem indícios que permitem identificá-los. O primeiro, “de todos, o mais alto”,¹⁷ talvez seja Augusto. Os outros dois são facilmente reconhecíveis, são eles Nero e D. Pedro II. Os três homens

[v]araram abraçados a área, saudaram o colosso e entraram na casa de ouro. Ao encontrarem a estátua da fortuna beijaram-lhe os pés de frio mármore com [seus] lábios [...] que eram de fogo, e sentaram-se em frente. Cerraram as janelas para não serem incomodados com a luz do céu e os roncões da tempestade. É noite funda - hora das supremas traições.¹⁸

Vianna recorre à equiparação de D. Pedro II a personagens do passado para construir uma representação muito diversa da imagem dominante do imperador dos

¹⁵ GRACO, Tibério. Justiça social em Roma. In: PINSKY, Jaime. *100 textos de história antiga*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 20.

¹⁶ VIANNA, op. cit., p. 268.

¹⁷ Id.

¹⁸ Id.

trópicos, conforme difundida, por exemplo, pela revista *A Ilustração Luso-Brasileira*, que pintou, em 1858, o seguinte retrato do monarca:

O seu império imenso recortado de rios caudalososíssimos e constantemente coberto de uma vegetação maravilhosa, que vai debruçar-se no oceano [...] é hoje considerado o ponto central da civilização do Novo mundo [...] salvo da anarquia que pouco a pouco devora os outros estados da América do Sul [...] É lá que floresce, no seu solo virgem, um novo ramo da antiga e transplantada árvore dos Bragança [...] Os primeiros anos não foram felizes. O Brasil estava bastante inculto para compreender a nobreza do lugar que tinha de ocupar entre as nações civilizadas [...] foi o imperador D. Pedro II que o pacificou e lhe deu a prosperidade que hoje se vê naquele magnífico império cujo destino está, mais do que em outras nações ligado com o de seu monarca.¹⁹

D. Pedro II encarnava a imagem de uma nação preparada para a modernidade e aberta ao novo. A partir da década de 1850, estabeleceu íntimas relações com literatos e intelectuais, forjando a figura do monarca sábio, protetor das artes, da literatura e da ciência.²⁰ Sua participação ativa nos encontros e debates realizados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) revela que o modelo do rei sábio e instruído assentava raízes no mundo antigo: “Fazendo desfilar toda a ‘nata da realeza’ européia essa instituição ajudava a legitimar um modelo de monarquia cujos exemplos poderiam retornar à Antiguidade – a Felipe e Alexandre da Macedônia; Augusto, Trajano, Marco Aurélio em Roma; ou Aristóteles, Xenócrates e Sexto. [...] Modelos não faltavam, mas havia originalidade na cópia”.²¹

A figuração de D. Pedro II como um monarca sábio foi ironizada n’*A conferência dos divinos*. Através da recorrência a modelos antigos, mas não necessariamente os mesmos, Vianna e os discursos oficiais construíram representações contrastantes do imperador: no lugar da personagem honrada e grave, um déspota desprezível. O IHGB mostrava-se condescendente com a

¹⁹ *A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858, p. 258 apud SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 125. As omissões no texto são da própria autora.

²⁰ SCHWARCZ, op. cit., p. 125 et seq.

²¹ *Ibid.*, p. 128.

Antigüidade, tratando-a como uma coleção de modelos e exemplos; Vianna, todavia, exibe faces menos gloriosas do mundo antigo, erguendo um espelho no qual seus contemporâneos podiam mirar-se e reconhecer a própria realidade. Não que ele não respeitasse o passado. Talvez justamente por reputá-lo digno de atenção e respeito, como mestre do presente, enfrentou, na *Conferência*, aquilo que lhe parecia haver de ignominioso no mundo dos antigos. Em Vianna, a relação do presente com o passado não se reduzia a uma vulgar reverência. Ele viveu em uma época que “estava prestes a transformar nosso mundo e as circunstâncias em geral a tal ponto que uma confiança inquestionada na tradição não mais fosse possível”.²²

Na segunda parte da *Conferência*, realiza-se o concurso retórico entre os déspotas. O primeiro, que talvez seja Augusto, fala:

- Maldito povo, besta feroz que não posso domesticar! Dei-lhe jogos, não concorreu a êles. Dei-lhe vitórias, não me saudou. Dei-lhe dinheiro, não se abaixou para levantá-lo. Dei-lhe pão, deixou-o apodrecer! - O que queria então o povo? - interromperam os dois outros. - Queria liberdade e justiça, - respondeu o primeiro, com amargo despeito. - Maldito povo! - responderam os três.²³

Mesmo derrotado pelo maldito povo, o primeiro déspota, no entanto, não lhe concedeu a liberdade e a justiça almejadas. Para os romanos, o que significava a liberdade? Augusto foi reconhecido como protetor e pacificador, mas a liberdade do povo, nos primeiros anos do império, consistia na submissão ao poder do imperador, que, em contrapartida, garantia-lhe a segurança e a ordem, além de representá-lo:

Por caminhos diferentes, a definição da liberdade para uso da aristocracia e aquela que o imperador oferecia ao povo convergiram para o mesmo paradoxo, que não nos engana

²² ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000. p. 53.

²³ VIANNA, op. cit., p. 268-269.

sobre a natureza verdadeira do regime: não há liberdade a não ser na submissão. A Roma do Principado revela inclusive na sua arquitetura a marca daquele desígnio.²⁴

A derrota de Augusto no debate adquire um caráter exemplar, correspondendo à necessidade de legitimação de um projeto de reforma da monarquia, que garantisse aos atores políticos uma ampliação da liberdade de participação, concomitante com a manutenção da ordem social. Não se tratava, evidentemente, de uma ampliação da liberdade a toda a população, como evidencia uma anedota contada por Vianna, em 1882, durante uma sessão da Câmara dos Deputados:

Já sou tido e havido como um homem atrasado, por ‘casca de ferro com botões de latão’ um homem do sistema antigo e que, portanto, não acredita em progresso, não acredita em melhoramentos, não acredita em outras tantas coisas que o nobre presidente do Conselho,²⁵ com espírito e verdade, chamava aqui ‘panacéia’. E também não acredito na igualdade! Acho que isto é um palavrão com que se engana o néscio povo. Mas vamos ao caso: dois ratos furtaram um pedaço de queijo e trataram de dividi-lo, mas era impossível que um se ajustasse com o outro, porque essas idéias de *liberté, égalite, fraternité* já lá estavam (risos). E, então, um dizia ao outro: - ‘maior é o seu quinhão que o meu.’ E o outro: - ‘não, o seu quinhão é maior’, dizia o outro, ‘e nós devemos ser tratados com a maior igualdade.’ - ‘A igualdade deve ser observada de modo irrepreensível, porque, o que não for absolutamente igual, é injusto, é atentatório dos nossos direitos.’ Isto diziam ambos. Não podendo chegar a um acordo, nomearam um árbitro. Nos negócios estrangeiros há disso... Nomearam um supremo árbitro e procuraram o suposto primeiro Adão na doutrina nova, o macaco (risos). O macaco observou a regra da igualdade; pôs um pedaço de queijo em uma concha da balança e o segundo pedaço em outra concha. Um pesava mais que o outro. E que fez ele? Roeu a parte que supunha exagerada (hilaridade); colocou de novo os dois pedaços nas duas conchas da balança; ainda apresentavam diferença; o macaco tornou a roer, e assim ia; mas acudiram os ratos reclamando: - não queremos mais igualdade, queremos desigualdade, nada de confraternização, nada de *liberté!* (Risos, hilaridade e apoiados). O tempo e a lição dos livros, me tem ensinado que só há uma solução para os difíceis problemas que neste momento se agitam: liberdade, liberdade, liberdade. A autoridade, que foi ponto de apoio

²⁴ ROULAND, Norbert. *Roma, democracia impossível?* Os agentes de poder na urbe romana. Brasília: UnB, 1997. p. 349.

²⁵ Senador Martinho Campos, presidente do Conselho de Ministros. No dia 14 de junho de 1882, Vianna debatia com todos os ministros, que estavam presentes para a aprovação do orçamento daquele ano. Vianna valorizava tais ocasiões, pois nelas podia desferir suas críticas diante de um público importante.

de outrora, sem liberdade, será conflito. A liberdade transformada em licença por aqueles que menos a prezam, será anarquia. O governo de cada competência no que lhe é próprio, ou pela natureza, ou pela lei, é a ordem, que é a liberdade coletiva.²⁶

Um referente fundamental no discurso de Vianna são os modelos políticos difundidos pela revolução francesa. As relações dos homens e das mulheres ocidentais do Oitocentos com o movimento revolucionário francês efetivavam-se em uma herança que constituía um legado tanto teórico como prático e em uma memória heterogênea, que evocava representações contrastantes no domínio do imaginário e suscitava emoções contraditórias na sensibilidade. Assim, a herança e a memória da revolução contribuíram para moldar, de diferentes formas, os sistemas de representação política do século XIX. A própria revolução pode ser considerada como uma imensa querela dos modernos com os antigos.²⁷ A Antigüidade consistiu, para os revolucionários franceses, em um repertório de lugares-comuns, exemplos, modelos de ação e espaços compartilhados. A utilização, por Benjamin Constant, da legislação proposta pelo espartano Licurgo, configurou uma tentativa de instituir, após a ruptura provocada pela revolução, um modelo tranqüilo de transição política.

A modernidade tornara-se um tema de extrema relevância na discussão política, na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. Como modernizar a nação assegurando, simultaneamente, a ordem social? As estratégias dos atores políticos, como demonstra a anedota contada por Vianna, transitavam em redor de propostas que garantissem a transformação prudente e vagarosa do Brasil. A mudança regrada evitaria a irrupção de acontecimentos descontrolados e trágicos, como os que haviam ocorrido durante a revolução francesa. O conhecimento da experiência dos antigos, a conservação do “passado como lição”, poderia oferecer meios para “defender o presente como garantia e aspirar o futuro como progresso”.²⁸

O debate dos déspotas continua e a palavra é passada a Nero:

²⁶ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 14 de junho de 1882.

²⁷ Cf. HARTOG, op. cit.

²⁸ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 28 de junho de 1869.

Também eu dei-lhe [ao povo] jogos, trigo e vitórias, e tudo desprezou. Em altas vozes exigiu justiça - aumentei o número de algozes; clamou por liberdade - multipliquei as vítimas; insistiu, incendiei Roma; replicou, cantei na lira enquanto gemia; conspirou contra meu divino poder, massacrei-o! Em lugar de leis fiz mordanças; em lugar de sacerdotes criei espiões; em lugar de tribunas levantei fogueiras. Cêna horrível! As vítimas insultavam-me, os moribundos amaldiçoavam-me e os cadáveres deixavam com o derradeiro alento, nos lábios roxos, o mais penetrante sarcasmo! Das cinzas saiam [sic] fantasmas, que não me deixavam dormir. [...] A noite para mim tinha ventre, de onde rebentavam milhares dêstes duendes horripilantes. Como é horrível à noite! - Horrível, - repetiram todos!²⁹

Nero derrotado. Diante da insatisfação popular e das tensões sociais, diante do povo descontrolado, o imperador reagiu com extrema violência, assassinou cristãos, incendiou a cidade. Nero não era um modelo de moralidade e Vianna o sentenciava a sofrer, pelo resto da vida, tormentos terríveis provocados pelos fantasmas de suas vítimas. O panfleto parece aspirar a um duplo efeito: desvendar aos olhos dos ilustrados e dos atores políticos, os possíveis destinatários do texto, aquilo que constituía, para Vianna, a realidade do governo de D. Pedro II; e alertar o próprio imperador para o destino trágico que aguardava os déspotas, porque se as estratégias mobilizadas para assegurar a centralização do poder haviam funcionado eficazmente, nada garantia que não seriam elevados, caso não fossem realizadas as mudanças propugnadas, os riscos de revoltas populares e de caos social.

Em 1869, ano em que começou sua trajetória como deputado, Vianna participou da discussão sobre a tributação das ordens religiosas - que se desenrolava na Câmara havia alguns anos -, solicitando um aparte que conduziu a um extenso debate entre ele e o deputado Duque-Estrada Teixeira, que propunha a extinção das congregações não regulares e a tributação das comunidades monásticas regulares. Conquanto a Câmara houvesse considerado o projeto inadequado, optando por tentar encontrar uma solução que conciliasse os interesses do Estado e os das ordens religiosas, Vianna insistiu no assunto. As instituições do catolicismo pertenciam às tradições da sociedade brasileira e deviam ser conservadas.

²⁹ VIANNA, op. cit., p. 269.

A expansão do cristianismo, em Roma, atendera à premente necessidade sentida pelos romanos de equilibrar a vida pública e o domínio do privado: “As cerimônias públicas, as necessidades militares do imperialismo, os contatos rituais com outros romanos fora do círculo familiar tornaram-se deveres – deveres em que o romano participava com um espírito cada vez mais passivo, conformando-se às regras da *res publica* e investindo cada vez menos paixão em seus atos de conformidade.”³⁰ Com a conversão da vida pública em obrigação, os cidadãos do império romano passaram a canalizar para o espaço privado suas energias emocionais. Seitas religiosas do Oriente Próximo difundiam-se e conquistavam um número crescente de adeptos. A mais importante era o cristianismo, que já havia reunido, nos tempos de Nero, milhões de seguidores em todas as esferas da sociedade. A religião cristã ultrapassava os limites de um compromisso espiritual, transformando-se “em um novo princípio de ordem pública”.³¹ Vianna tinha consciência da unidade que o cristianismo criava. O catolicismo construía, desde a colônia, uma moral compartilhada pelos indivíduos e também atuara na manutenção da ordem social. A preocupação de Vianna, como de muitos outros homens e mulheres no século XIX, era tentar conciliar a modernidade com a tradição: “Filho obediente da santa igreja catholica, julgo-me no rigoroso dever de defender a instituição monástica reconhecida pelo sumo pontífice, meu soberano espiritual, parte mais nobre do meu ser”.³² A modernização não precisava confrontar a religião. No debate com Duque-Estrada, ele talvez se recordasse do terrível fim de Nero, personagem do panfleto escrito poucos anos antes: “Não está provado pela mais competentes autoridades que os suicidas tem se multiplicado depois que os desesperados, privados da mansão dos claustros, foram obrigados a lutar no tumulto das paixões e dos interesses do século?”³³

³⁰ SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 15.

³¹ Id.

³² *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 10 de junho de 1869.

³³ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 10 de junho de 1869.

Chegara a vez de D. Pedro II conferenciar na cidade eterna. No discurso do imperador dos trópicos, mais extenso e articulado, o povo não é tratado de forma menos vil:

Açulei todas as ambições e desprezei todos os homens; rebaixei a uns para elevar a outros, e vice-versa. A baixaza, a improbidade porque tirava lucros e a mediocridade, porque podia chegar até a minha divina pessoa. Em lugar de raios de Júpiter, destilei o veneno sutil e saboroso da corrupção; comecei por embriagar os grandes e cheguei até o povo. A corrupção caiu de cima para baixo como um orvalho. Os homens de consciência e mérito eram poucos, e estes, ou beberam na taça misteriosa o licôr sublime, ou se recolheram ao seio da família. Deixei-os vegetar na obscuridade; morreram abafados. [...] Dividi-os em partidos; servi-me de um para destruir o outro, e quando vencido estava quase morto, levantava-o para reduzir no mesmo estado o vencedor. Eram ferozes! Às vezes fingia querer conciliá-los para os confundir e corromper mais. [...] O meu reinado foi uma comédia, como me chamava o seu, Augusto, nosso divino antecessor. Creio que representei, tão bem como êle, o meu papel. Não aborreci o vício, nem amei a virtude; não arranquei aquêle, nem plantei esta, - servi-me ora de uma, ora de outra, como me convinha. [...] Não dei jogo, prazeres que passam e se esquecem; - dei emprêgo, e aumentei o funcionalismo; - o ordenado é renda que pode ser vitalícia se o servidor não se esquece de seu divino senhor. [...] Conservei na miséria os juizes; os ignorantes e os necessitados ficaram; os talentosos procuraram outra carreira. *Esta é a pedra fundamental de meu sistema.* [...] Enfim, em poucos anos estavam quase todos a meus pés suplicantes, inclusive os sucessores dos Gracos. Eu era a água que matava a sêde, o fogo [que] os aquecia, a luz que iluminava e o trigo que nutria. Era uma luta digna de ver-se a que travara entre os patriotas e os pretorianos para decidirem qual de entre êles seria o primeiro a tirar-me os borzeguins. Diverti-me muito, fiz o que quis, e não matei um homem! Grande êrro foi o vosso, meus irmãos! A política da força faz mártires, e os mártires, como sabeis, ressuscitam; a política da corrupção faz miseráveis, e os miseráveis apodrecem antes de morrer. Vós encontrastes em vosso reinados a invencível resistência dos cadáveres-vivos, e eu governei pacificamente vivos-cadáveres. Vede que grande diferença! [...] - Ave César! - exclamaram os dois outros, e todos três se sumiram nas trevas.³⁴

D. Pedro II vence o debate, mas a vitória não lhe confere os louros. Com sua capacidade de dissimular e corromper, ele era o déspota mais preparado e eficiente, mas não era, na opinião do autor da *Conferência*, o timoneiro de que a nação brasileira necessitava. Vianna recusava-se a aceitar a onipotência do imperador. Sua

³⁴ VIANNA, op. cit., p. 272 et seq. Grifo do autor.

valorização das formas e dos modelos do passado o conduziu, em diversas ocasiões, ao conflito com o poder imperial. Durante os vinte anos de atuação no Parlamento, jamais lutou contra a tradição monárquica, tampouco propugnou reformas constitucionais ou institucionais da monarquia.

Vianna não via a tradição republicana com bons olhos, mas não a tratava com desdém, ela havia feito “a glória da antiguidade grega e romana”. Também não desvalorizava a democracia e as atitudes democráticas, pois o meio de as “monarquias superarem as crises não [... era] abandonarem-se aos expedientes do arbítrio, mas aceitarem de boa fé as reformas exigidas pela liberdade prática”.³⁵ Profissional da área de jornalismo, valorizava o papel da imprensa como um espaço para o livre debate, imprescindível à sobrevivência do espírito público.

As críticas contundentes de Vianna ao imperador tornaram-se recorrentes no plenário da Câmara. Na necessidade que experimentava de atrelar o passado grandioso da humanidade ao esforço de desenvolvimento da nova nação, ele mobilizou estratégias próprias de identificação com a tradição. A mudança não o amedrontava, mas o irritava a compreensão exageradamente racionalista do mundo e da política, que afastava o indivíduo, que possuía raízes no passado, da cena e do debate públicos. O ideário político conservador de Vianna – nascido, na sua própria interpretação, como uma reação ao exacerbado racionalismo moderno – sustentava-se na preservação da ordem social, na tradição católica e no romantismo, mas não manifestava um apego às formas antigas como pontos de partida inevitáveis. O conservadorismo de Vianna admitia a reelaboração do passado e o advento da novidade, sem os quais toda ação política estaria fadada ao fracasso.

Para o autor da *Conferência*, o drama da nação estava contido na necessidade premente de que fossem criadas condições para se enfrentar as transformações advindas da industrialização e do surgimento de uma sociedade cada vez mais secular. Preocupava-se porque percebia as dificuldades envolvidas na consecução

³⁵ VIANNA, Antonio Ferreira apud MAGALHÃES JÚNIOR, R. Ferreira Vianna e a “conferência dos divinos”. In: MAGALHÃES JÚNIOR (Org.), op. cit., p. 230.

desse objetivo, em uma sociedade de economia agrária, repleta de privilégios e dominada pela arbitrariedade do poder moderador. A apropriação de valores e de idéias do mundo antigo poderia contribuir para evitar, ou ao menos minimizar, a autodestruição criadora da modernidade. A mudança, o novo precisavam estar atrelados à tradição. Somente uma justa compreensão do passado possibilitava uma reação adequada em face das novidades do mundo moderno.

A CRÍTICA: VIANNA E O PARLAMENTO

Não é esta festa de alegria e jubilo: é, pelo contrário, uma solenidade, um obséquio fúnebre que vou encetar em nome dessa constituição, vítima immolada da ambição de um poder ilegítimo, por que é extraordinário e fora das órbitas da constituição. Não é um canto, um hymno que venho levantar; é sim um grito tristemente fúnebre que sahe do fundo do meu coração, cujas fibras se ressentem todas, é uma mágoa que meus lábios vão articular os eixos de um sentimento interno de indignação, talvez de descrença! Não me confundirão com esses que usão da palavra, deste verbo, desta faísca que veio de deus para defender interesses pequenos (e que eu não comprehendo) dos indivíduos; não! Venho aqui como soldado de um princípio, como defensor das instituições, e mais ainda, guardar e fazer guardar em minha consciência, neste divino sanctuário, o juramento que prestei ao Senhor presidente, de defender, quando em mim coubesse, as instituições juradas.

Antonio Ferreira Vianna (1875)

Antonio Ferreira Vianna não se furtava aos debates na Câmara dos Deputados do Império, onde durante vinte anos exercitou a arte da retórica política, em discursos esmerados que criticavam o governo de D. Pedro II. Sempre mordaz,

alvejava os opositores com argumentos sofisticados. Seus princípios políticos assentavam raízes em tradições longínquas, e ele recorria ao passado ora como um fundamento de preservação da tradição e da ordem ora como um aríete de destruição. Não recusava as oportunidades de ter os olhos e ouvidos do Parlamento voltados para si. Os anais da Câmara dos Deputados registraram a agitação recorrente que se instalava no plenário, que parecia adorá-lo, quando Vianna discursava. E a ansiedade dos colegas pela expectativa de ouvi-lo, ao invés de diminuir com o decorrer dos anos, aumentava: “respeitavam” suas falas com “profundo silêncio”, explodiam em “gritos” de “apoio” e “palmas”, e aqueles que não fossem o alvo da língua afiada do deputado, “gargalhavam”.

Vianna não evitava nenhum assunto: agricultura, aposentadorias e pensões, educação, eleições, emissão de moeda, justiça, negócios estrangeiros, orçamento, política econômica, relações de trabalho, atuação de ministros e de colegas parlamentares. Também não se esquecia daqueles que o haviam elegido, os cidadãos do Distrito Neutro, o Rio de Janeiro; representava-os com afinco, mostrando-se sempre disposto a abordar as necessidades da região. Mas independente do tema de um debate, seus discursos inevitavelmente abriam espaço a críticas ao monarca pelo exercício abusivo do poder moderador. Vianna não poupava D. Pedro II pelo que considerava arbitrariedades na prática das atribuições imperais em uma monarquia constitucional. Disposto a enfrentar o poder de D. Pedro II, reprovava continuamente o despreparo do imperador, a arrogância, o autoritarismo, o controle das liberdades civis, a desmedida distribuição de títulos e o favorecimento de causas estranhas ao interesse nacional.

Também não poupava o próprio grupo político. Atuando na facção conservadora, Vianna muitas vezes desconsertava os companheiros de partido, com frases de efeito que provocavam o delírio dos liberais. E assumindo condutas ainda mais radicais, era capaz de colaborar com adversários políticos, como no caso da questão dos bispos. Entre 1874 e 1875, agiu ao lado de Zacarias de Góes e Vasconcelos – o líder liberal cujo gabinete ele contribuía para derrubar, poucos anos

antes -, como um advogado dos bispos D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, de Pernambuco, e D. Antônio de Macedo Costa, do Pará, presos por decisão do gabinete Rio Branco e do próprio imperador. O conflito sulcou marcas na figura mítica de D. Pedro II, construída desde os primeiros anos do reinado - e Vianna não se escusou a ajudar a torná-las mais profundas.

A conferência dos divinos posiciona o monarca brasileiro acima de dois déspotas da Antigüidade, elegendo-o como o tirano superior. Como observa José Murilo de Carvalho, Vianna fez D. Pedro II assumir que corrompera os homens e invertera os valores, tornando seu governo uma farsa: “O meu reinado foi uma comédia, como me chamava o seu, Augusto, nosso divino antecessor. Creio que representei, tão bem como êle, o meu papel. Não aborreci o vício, nem amei a virtude; não arranquei aquêle, nem plantei esta, - servi-me ora de uma, ora de outra, como me convinha”.¹ Fora para o imperador uma comédia alegre: “Diverti-me muito, fiz o que quis, e não matei um homem!”² Mas para Vianna o governo de D. Pedro II era condenável, e assim ele proferiu no plenário discursos carregados de hilaridade, manejando as armas cuja invenção ele atribuíra ao imperador, para ridicularizá-lo e para obter a atenção da Câmara, criando, recriando e atribuindo representações políticas diversas aos atores do cenário político.

A leitura dos discursos de Vianna provoca a impressão de que ele se portava como se estivesse em um anfiteatro. Suas falas apresentam uma estrutura e um ritmo que evocam o encadeamento dramático. Vianna procurava causar suspense, reservava o melhor para o final; construía, enfim, uma encenação teatral, preocupado em apresentar um espetáculo que pudesse suscitar nos ouvintes os efeitos intencionados. Para José Murilo de Carvalho:

¹ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 419. VIANNA, Antonio Ferreira. *A conferência dos divinos*. In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. (Org.). *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 273.

² VIANNA, op. cit., p. 274.

A idéia de que política e o teatro têm algo em comum não é novidade. [...] O ritual, o simbolismo, são partes integrantes de qualquer sistema de poder, assim como o é o carisma. Mas a política é teatro também por razões que têm a ver com os mecanismos modernos do exercício do poder. A representação política tem em si elementos que podem ser comparados à representação teatral. Ambas as representações se exercem em palcos montados, por meio de atores que têm papéis conhecidos e reconhecidos. Há regras de atuação, há enredo e, principalmente, há ficções.³

O que estava em jogo, para Vianna, era o gênero teatral que deveria ser encenado na arena política. Carvalho enfatiza o uso da sátira e da ironia na *Conferência*, que apresenta o imperador como um César caricato. Mas a comédia, ao mesmo tempo em que confirma a divergência, também favorece a reconciliação.⁴ A representação construída por Vianna da cultura política brasileira do segundo reinado revela, com efeito, uma encenação cômica. Mas o drama também era trágico. A queda e a deportação do imperador, o fim do império, em 1889, não foram recebidos às gargalhadas pela maioria dos integrantes das elites políticas, como se esperaria do final de um espetáculo cômico. Nem mesmo Vianna riu no dia da queda do seu habitual inimigo. Naquele dia, ele ocupava a pasta de ministro da Justiça, o último do império.

A trajetória política de Vianna não o afastou do jovem jornalista e panfletário que ele foi até o final da década de 1860, mas se naqueles tempos o assunto predileto era a conduta do imperador, na Câmara dos Deputados os temas e as possibilidades se ampliaram de modo significativo. No Parlamento, seus discursos ultrapassaram o público de uma literatura de pequena circulação - às vezes clandestina, sempre à mercê da censura -, mediante a qual jovens intelectuais brasileiros veiculavam projetos para a nação, e passaram a ressoar no centro da arena política. Vianna transpôs o mundo das letras e adentrou um mundo de ação pragmática, onde agia conforme os interesses dos seus eleitores e consoante um compromisso manifesto

³ CARVALHO, op. cit., p. 420.

⁴ Id.

com tudo aquilo que entendia ser adequado para a ordem e o desenvolvimento do Brasil.

No lugar da clandestinidade, a visibilidade, mas sem renúncia ao romantismo. O compromisso de Vianna com a política não se restringia, como para muitos de seus pares, ao apoio às decisões do líder ou da maioria, sendo que jamais permitiu que um projeto importante fosse aprovado ou rejeitado sem passar pela devida discussão no plenário. Em muitas ocasiões, perdeu combates por insistir demais em um assunto e cansar a platéia. Mas não demonstrava aborrecimento, tampouco cansaço. Muitos debates que ele propôs duraram semanas, meses; e, em alguns casos, atravessaram anos e ultrapassaram a duração de uma legislatura, como, por exemplo, o do voto direto, pelo qual lutou incansavelmente, ou a citada questão dos bispos. Quando não conseguia vencer, recolhia-se, guardava a proposta e, quando menos se esperasse, a apresentava de novo, às vezes reformulada, às vezes rigorosamente inalterada. Ele aproveitava a instabilidade constante da arena política para conferir singularidade e ineditismo a assuntos e projetos anteriormente discutidos que não conseguira aprovar. Para alguém que atuava naquele espaço havia tantos anos, o exercício não deveria ser muito difícil.

Vianna enfrentou adversários tão versados quanto ele ou mesmo mais bem adestrados no embate político. Os astrônomos do Observatório Astronômico Imperial, com sede no Rio de Janeiro, haviam previsto que o planeta Vênus atingiria a posição de proximidade máxima da Terra no dia 10 de dezembro de 1882, o que favoreceria a observação. Na sessão de 22 de março daquele ano, foi debatida a liberação de um crédito extraordinário para a construção de um balão aerostático com uma máquina fotográfica acoplada, reservado à observação de Vênus. O crédito fora requerido às pressas pelo ministro Rodolpho Dantas, que declarava à Câmara que a solicitação de sua majestade era “indeclinável”. Vianna aproveitou a oportunidade para promover uma boa discussão e, ao mesmo tempo, atingir o imperador. Durante a fala do ministro, Vianna manteve-se em silêncio, e em silêncio

permaneceu enquanto os debates ocorriam. Quando a proposta estava prestes a ser aprovada, de forma burocrática e rápida, ele não se conteve:

Sr. presidente, creio com toda sinceridade que sou demais nesta discussão. O projeto que vamos discutir não contém matéria que ofereça largo debate: as duas escolas em que se divide a Câmara logo determinarão a sua rejeição, ou aprovação. Se eu fosse idólatra de Vênus, antes de começar, agradeceria a V.Ex. o ter com sua decisão libertado este planeta de figurar, ainda que provisoriamente de cometa com seu balão na cauda. (Riso) [...] Mas como, em todo caso, tenho dúvidas, salvo melhores explicações, em votar crédito para a observação de Vênus, teria escrúpulo também em concorrer com o meu voto para a despesa com o balão aerostático; até pela razão que quem é contra o principal ou contra o todo, é também contra a parte; e, portanto não faço questão, nem podia fazer, da sábia decisão tomada por V.Ex. [...] Ora sr. presidente, uma necessidade *indeclinável* é uma necessidade irresistível, e contra o irresistível só se opõe o insensato. [...] Imagine V.Ex. de que expressões usaria o governo se tivesse que pedir dinheiro para outras necessidades palpitantes e vivas do império? (Muito bem) Não; essa expressão contém em si outra idéia; é indeclinável porque a despeza está feita nem poderia deixar de estar. Os instrumentos novos, indispensáveis no entender dos mathemáticos e dos astrônomos para a observação de Vênus, além de custosos são de difícil fabrico, o que consta de papeis que foram distribuídos na Câmara, e procedentes, creio, do Observatório Astronômico... Interrompe o Ministro Rodolpho Dantas: - da repartição hydrographica. Prossegue Vianna - ... ou da repartição hydrográfica, mas que se referem inteiramente à observação do planeta Vênus. Não sei se essa informação esta em francez ou em portuguez, por que li nas duas línguas; e seja dito de passagem, si estivera no caso do nobre ministro, não consentiria que uma repartição creada e paga pela nação brasileira escrevesse seus documentos em outra língua.⁵

Aproveitando a curiosidade científica do seu tempo para discutir a maneira pela qual o imperador tentava aprovar projetos de interesse estritamente pessoal, Vianna preparara uma armadilha para encurralar o ministro Rodolpho Dantas. D. Pedro II destacava-se como mecenas das artes e das ciências: “Poliglota, assíduo correspondente e sócio de várias instituições internacionais mesmo antes de sair do país, d. Pedro II tinha junto ao trono uma biblioteca, um museu, além de um laboratório e seu famoso observatório astronômico.”⁶ No Brasil, as imagens da

⁵ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 22 de março de 1882. Grifo nosso.

⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 150.

ciência e do monarca confundiam-se, mas, sobretudo no início dos anos 1880, as ambições intelectuais e científicas palacianas encontraram resistência entre a geração boêmia, formada por jovens ilustrados, a maioria literatos e jornalistas que ocupavam posições subalternas na burocracia imperial e procuravam construir em torno de si uma aura maldita.

No dia 22 de março de 1882, Vianna esperava pouca resistência a seu discurso, que começara inflamado; todavia, uma extensa discussão se desenrolou em seguida. Essa longa contenda oferece um ensejo para percebermos como Vianna lidava com o embate entre o tradicional e o moderno, entre a possibilidade de uma conduta política responsável e a aposta na ciência. Para ele, a opção por um procedimento responsável deveria conduzir somente à recusa da aprovação dos créditos demandados com urgência para a realização de um experimento que exigia preparativos mais demorados e, portanto, mais eficazes. O debate prosseguiu por meses, irritando profundamente o imperador. Os homens de ciência bradavam contra a postura de Vianna, afirmando que ele defendia a posição oficial da Igreja, desfavorável à observação do planeta. Acusavam-no de filósofo metafísico, de discutir com desconhecimento e de forma ligeira um assunto importante. Parecia que o tiro saía pela culatra. Sem oferecer ao ministro oportunidade para se defender da responsabilidade que lhe imputava pela redação bilíngüe do texto que fora remetido à Câmara – “eu não censuro isso, mas é anterior a minha administração...” –,⁷ Vianna prosseguiu a invectiva contra o monarca, relacionando casos anteriores de projetos enviados às pressas, de documentos oficiais escritos em língua estrangeira e de desmandos administrativos. Tudo estava disposto para funcionar perfeitamente, como havia funcionado muitas outras vezes, mas Vianna não previu que um colega de Parlamento pudesse arrogar-se a defesa intransigente do ministro e do imperador. Alfredo Escragnolle de Taunay, deputado por Santa Catarina, assumia a contra-ofensiva.

⁷ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 22 de março de 1882.

Nascido no Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 1843, Taunay foi engenheiro militar, professor, historiador, sociólogo, memorialista, romancista, político e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. De ascendência nobre, neto de um artista, Taunay fora criado em um ambiente culto, desenvolvendo muito cedo o gosto pela música, pelo desenho e a paixão pela literatura. Estudou no Colégio Pedro II, onde se bacharelou em letras, em 1858. No ano seguinte, ingressou no curso de ciências matemáticas e físicas da Escola Militar. Aluno alferes em 1862, bacharel em matemática em 1863, foi promovido a segundo-tenente de artilharia em 1864. No mesmo ano, inscreveu-se no curso de engenharia militar, o qual abandonou temporariamente, porque recebeu, em 1865, ordem de mobilização, junto com outros oficiais alunos, para a guerra do Paraguai. Ao término da guerra, foi promovido a capitão, concluiu o curso de engenharia e tornou-se professor de geologia e de mineralogia na Escola Militar. Em 1871, publicou dois livros, o primeiro romance, *Mocidade de Trajano* – com o pseudônimo de Sílvio Duarte, que usaria na maioria das obras de ficção –, e, em francês, *A retirada da laguna*, sobre o trágico episódio do qual participara na guerra. O texto memorialístico chamou a atenção do país para o jovem herói e escritor. Por indicação do visconde do Rio Branco, candidatou-se a deputado pelo Estado de Goiás, que o elegeu para a Câmara dos Deputados em 1872, mandato que foi renovado em 1875. Entre 1876 e 1877, foi presidente da província de Santa Catarina. Em 1878, com a queda do gabinete conservador, partiu em uma longa viagem para a Europa. De volta ao Brasil em 1880, iniciou uma fase de intensa atividade política, em prol de medidas como o casamento civil, a imigração, a libertação gradual dos escravos, a naturalização automática dos estrangeiros. Deputado por Santa Catarina, de 1881 a 1884, candidatou-se a deputado pelo Rio de Janeiro, em 1885, mas foi derrotado. De 1885 a 1886, governou o Paraná, pondo em prática uma política imigratória. Em 6 de setembro de 1889, recebeu o título de visconde. Estava em uma situação de proeminência nos negócios públicos quando decidiu abandonar a carreira política, em decorrência da proclamação da república e da intransigente fidelidade que manifestou à monarquia até a morte. Durante a

década de 1890, escreveu diversos artigos para a imprensa, defendendo as virtudes do imperador banido e do regime que a república destruiria.⁸

Vianna encontrou em Taunay um adversário à altura, preparado para contra-atacar sua retórica exaltada. Na sessão de 22 de março de 1882, o ministro Dantas ainda não havia replicado quando Taunay solicitou um aparte, argumentando que “o nacional que não sabe francez, não sabe astronomia.”⁹ Vianna imediatamente respondeu: “Não é saber astronomia; é propagar as verdades astronomicas que interessam à vida prática; um piloto de navio não sabe de astronomia e entretanto applica com toda a exactidão aos cálculos de sua rota as observações dos grandes astrônomos...”.¹⁰ E Taunay provocou: “Os números, que são tanto francezes quanto portuguezes”.¹¹

Naquele momento, Vianna provavelmente percebeu que a discussão não se restringia a astronomia e língua francesa. Seu companheiro de partido mostrava-se disposto a enfrentá-lo. Taunay, que voltara à legislatura no ano anterior, possuía a formação e o preparo necessários para levar adiante a contenda com Vianna. Havia mais de dez anos, Vianna se destacava entre os oradores do Partido Conservador, mas a ação combativa que perpetrava contra o governo de D. Pedro II muitas vezes colocava seu partido em situações delicadas em relação aos poderes executivo e moderador. A íntima relação de Taunay com o paço sugeria a Vianna que a alteração que travavam iria se estender além do plenário. O imperador havia encontrado um escudeiro fiel, à altura de Vianna. E ele sabia disso.

A figura controversa de Vianna, que agradava e arrancava aplausos de parte do plenário, irritava profundamente alguns setores do Partido Conservador, que valorizavam a aliança com o poder moderador como uma estratégia para a permanência à frente dos negócios de Estado. Ainda ecoavam na Câmara discursos

⁸ VAINFAS, Ronaldo. *Alfredo d'Escragolle Taunay*. In VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 37-38.

⁹ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 22 de março de 1882.

¹⁰ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 22 de março de 1882.

¹¹ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 22 de março de 1882.

de Vianna que haviam prejudicado os interesses do partido. Em 1877, por exemplo, Vianna posicionou-se contra o poder executivo – composto, à época, por um gabinete conservador –, discordando da liberação de créditos para as estradas de ferro. Ele argumentava que, se o pedido fosse aprovado, a União repassaria, novamente, um crédito adicional para as sociedades anônimas, de capital majoritariamente inglês, responsáveis pela construção e exploração das ferrovias. Ele inquiria o gabinete ministerial sobre a necessidade daquelas reiteradas solicitações de concessão de créditos. A estrada de ferro da província de São Paulo, lembrava ele, possuía o mesmo tempo de existência que o da ferrovia de Pernambuco, mas, enquanto aquela gerava lucro e começara a pagar os empréstimos devidos ao Estado, esta continuava a necessitar de dinheiro público. O problema, para Vianna, não residia propriamente no pedido de crédito extraordinário, mas na prática recorrente, que parecia haver se convertido em hábito, de emendas orçamentárias para as estradas de ferro:

A renda da [estrada de ferro] de Pernambuco declina; facto que devia ser previsto; porque senhores; incontestavelmente uma parte desse paiz, o norte do Império que deve merecer toda nossa contemplação, acha-se em condições excessivamente precarias. [...] Temos, sr. presidente, povos que nos podem esclarecer, e leis que entre elles regulão interesses iguaes. Não devemos desprezar a experiência alheia, e mantermo-nos nesta situação de tutela que acanha e reduz a acção individual. Sr. Presidente, a questão da centralização tem para mim a grandeza de ser a causa explicativa da decadência de uns povos e da elevação de outros. (apoiados) [...] O excesso de centralização é a causa mais ativa de nosso atrazo, senão de nossa decadência. [...] Acanha o governo a seu turno esta pretensão de estar em toda parte, de tudo gerir, de tudo dominar. Nos dias de fortuna, se é possível que seja afortunado um povo sem iniciativa própria (muito bem), engendra o despotismo firmado na glória e na falsa grandeza; no dia da desgraça engendra a anarchia, que o faz cahir amaldiçoado por todos, ainda por aquelles que até a véspera solicitavão a sua protecção e favores. Eu, senhores, me confesso philosopho... [...] o que me autorisa a dizer-vos que não há exemplo na história dos povos, desde o alvorecer da vida do homem até hoje, de manter-se uma forma de governo através das desgraças e da oppressão de um povo. [...] Quereis manter as nossas instituições? Tende fé nellas; levantai, quanto for possível, o espírito público em seu benefício; este espírito morre pela

inércia, quando, em vez de se sentir o bem da liberdade, sente a opressão da tutela. (vozes da oposição - muito bem!)¹²

A proposta substitutiva apresentada por Vianna e aprovada com o apoio do Partido Liberal limitava as ações de auxílio que partissem do executivo, as quais o poder moderador tendia a utilizar como moedas de troca. O projeto ressaltava as responsabilidades do executivo e das sociedades anônimas contratantes. Vianna afrontara as decisões do seu próprio partido.

Quando Taunay encarou Vianna no Parlamento, em 1882, enfrentou-o também no interior do Partido Conservador, tentando usurpar-lhe a posição de destaque. Como o executivo era comandado, desde 1878, por um gabinete liberal, Taunay e outros conservadores julgavam que o partido ao qual pertenciam não podia possuir como porta-voz um deputado que freqüentemente se mostrasse favorável às causas liberais. A controvérsia sobre o uso de línguas estrangeiras em documentos oficiais foi apenas um pretexto para uma discussão que prosseguiu pelos meses seguintes. Ciente de que o colega tentava acertar pendências antigas, Vianna adiantou-se e recordou o caso das ferrovias: “Pois a língua, portugueza, perdoe-me o nobre deputado que lhe diga, presta-se mais ao serviço das necessidades astronômicas do que das estradas de ferro, e entretanto, seria para os nobres deputados estranheza que o honrado ministro da agricultura, trouxesse um relatório a respeito de estradas de ferro escripto em inglez (hilaridade), a língua que mais se presta para isso. (continua a hilaridade)”.¹³ E no intuito de assumir o controle sobre o debate, Vianna recorreu à Antigüidade:

Sou, como disse, hóspede e alheio a este assumpto, mas pelo pouco que li, posso distiguir esta sciencia que já foi arte do seguinte modo. A astrologia, foi por onde ella começou e servia de instrumento político e religioso para interpretar o que está nas entranhas do invisível, os mysterios, e para marcar os períodos de jejuns e das solenidades religiosas, das supplicas, das hecatombes, e dos sacrificios mas n’uma época como a nossa, em que

¹² *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 20 de abril de 1877.

¹³ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 22 de março de 1882.

eu mesmo tenho as vezes dúvidas no jejum (riso), em que as supplicas são raríssimas e as hecatombes nenhuma, como arte de adivinhação parece-me que a astronomia não tem mais interesse. Cícero fallou muito sobre ella e a conheceu a fundo. Juliano, apostata, imperador, homem de letras, de saber profundo, e sublime astrólogo, escreveu um tratado sobre o sol, em que chama de rei, e portanto, seu irmão. (Hilaridade) Era um grande admirador do sol e dizia: de lá vem a vida, a alma, por quem os adivinhos antigos davam a alma aos astros; (do que não estou muito longe de concordar ate certo ponto, a vista de doutrinas que ouço). De lá dizia Juliano vem a vida, vem a alma, a força, a magestade, o calor, a verdade. Ora, senhores, alguém que possa contestar que delle ou do sol, seu irmão, vinha a vida, a alma, o calor, a verdade? (Hilaridade)

Naquela ocasião, contudo, Vianna havia encontrado um “filosofo” à sua altura, que contava com a aprovação de setores do Partido Conservador. Não eram estranhos, na Câmara dos Deputados, políticos com a formação de Vianna e de Taunay. Ambos estudaram no Colégio Pedro II, onde foram educados na cartilha da tradição clássica e da tradição ibérica, e suas trajetórias profissionais também guardavam semelhanças. Os dois pertenciam ao quadro de intelectuais especializados nos problemas e nas necessidades da nação. Um optara por direito, outro, por geologia, mas ambos se ajustavam à condição de filósofo, que Vianna atribuía a si mesmo. Educados e treinados para promover a transformação social e política da nação, atuaram com vigor no palco da política brasileira oitocentista. Suas atividades intelectuais e suas ações políticas aproximavam-nos de jovens franceses, como Brissot, Marat e Suard, que se arriscavam, desde o final século XVIII, na literatura panfletária e contestadora, visando a reforma social da França. Os jovens revolucionários franceses foram responsáveis, antes mesmo da queda da Bastilha, pela ampliação da atuação de homens de letras no campo político, encarando as idéias iluministas como um repositório de virtudes indispensáveis ao bom desempenho de um governo. A sociedade francesa os via como os representantes do futuro: “Os escritores mais velhos e estabelecidos, os burgueses opulentos, os nobres – todos participavam desse processo de cooptar jovens dotados do estilo certo, perfeitamente afinados com o *bon ton*, para os salões, academias, jornais

privilegiados e cargos honoríficos”.¹⁴ Poucos dentre eles alcançaram o sucesso como jovens sábios, seus escritos circulavam pouco fora dos salões e suas idéias ficaram restritas, na maioria das vezes, ao círculo dos *philosophes*. Vianna e Taunay provavelmente os tomavam como exemplos. Certamente se identificavam com aqueles que haviam se singularizado, como D’Alembert, Voltaire e o próprio Brissot. Era a glória o que os seduzia na busca da realização literária; a palavra, o discurso haviam se tornado seu *métier*. Com a revolução, que “inverteu o mundo cultural, virando-o às avessas”, os jovens *philosophes* franceses passaram a ocupar um novo espaço: abandonaram a clandestinidade, ganharam destaque, suas idéias alcançaram olhos e ouvidos que lhes eram inatingíveis anteriormente, seus libelos contra o antigo regime tornaram-se populares.¹⁵ Não seria incorreto afirmar, ao contrário do que tradicionalmente se supõe, que a revolução francesa lhes conferiu dignidade como *philosophes*, proporcionando-lhes o prestígio que ambicionavam quando optaram pelo mundo das letras:

As origens intelectuais da Revolução e o caráter de sua política podem ser melhor compreendidos se descermos da *Encyclopédie* ao *underground*, lá onde homens com Brissot produziam jornais e panfletos, cartazes e caricaturas, canções, boatos e *libelles*. Aquelas coisas que transformavam intrigas pessoais, e rivalidades de facções, em combate ideológico pelo destino da França.¹⁶

Vinculados à nova estrutura de poder estabelecida nos trópicos, os jovens intelectuais brasileiros podem ser vislumbrados em uma situação semelhante àquela descrita por Darnton para os jovens *philosophes*.

Quando o jornalista e panfletário Vianna e o escritor Taunay apareceram na cena política brasileira, ambos ocuparam a posição de literatos, de filósofos. Não tencionavam utilizar a educação que haviam recebido unicamente como um

¹⁴ DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 18.

¹⁵ *Ibid.*, p. 47.

¹⁶ *Ibid.*, p. 76.

instrumento para a compreensão da realidade social, almejavam uma prática que os colocasse em condição de destaque no debate político, que lhes permitisse intervir no mundo, transformando-o, motivo pelo qual optaram, posteriormente, pela vida pública. Ciente das necessidades e dos interesses do mundo moderno, o Estado brasileiro investiu na preparação educacional das elites. Apesar da interdependência entre a educação superior e a carreira política, durante o segundo reinado, personagens como Vianna, que não constituía uma exceção, permanecem, lamentavelmente, seqüestrados da história da cultura política brasileira.

A polêmica entre Vianna e Taunay foi mais do que uma discordância relativa à política econômica, mais do que uma disputa pelo comando no interior da facção conservadora. Na querela, é possível entrever um conflito entre representações e idéias de extrema relevância para os homens do campo político brasileiro do século XIX. E essas representações e idéias, que remetiam a antigas tradições intelectuais, não eram importantes como tópicos estritamente alegóricos, mas como vetores de orientação de discursos e práticas, dos quais alguns estavam engajados na construção de um futuro liberto das ambigüidades do antigo regime, que continuavam marcando a vida política da sociedade brasileira, sobretudo no modelo de poder exercido pelo imperador.

Acompanhemos um pouco mais a luta travada pelos dois conservadores no plenário da Câmara. O papel de protetor da nação, que o poder moderador assumia nas intervenções na arena política, principalmente em assuntos concernentes ao desenvolvimento econômico, não era mais acolhido da mesma forma, nem mesmo pelo Partido Conservador, revelando-se, cada vez mais, como a face autoritária do monarca. O que fora considerado, até o final da década de 1860, a garantia da estabilidade política, estava se afigurando incompatível com um regime parlamentar legitimamente constituído. Assim, a batalha de Vianna contra o imperador ultrapassava o âmbito partidário, aproximando-o dos liberais, que desde a publicação do *Manifesto do Partido Liberal Radical*, em 1868, defendiam a extinção do poder moderador. A luta não era fácil e o novo escudeiro de D. Pedro II pretendia

diminuir a autoridade de Vianna, com a finalidade de resguardar a união entre o Partido Conservador e a realeza.

A conduta de Taunay na discussão evidencia que ele também expressava opiniões compartilhadas por outros políticos. O perfil intransigente e autoritário que Vianna tanto criticava e combatia lhe foi atribuído pelo seu correligionário: “Não acho de bom colleguismo esta insistência de V. Ex.. V. Ex. é tão inteligente e illustrado que compreende perfeitamente as minhas intenções. Para que está tirando outra ilação do que eu disse?”. Em vão, Vianna tentou contemporizar – “Bom, V. Ex. sabe que não era com má intenção; ninguém respeita mais do que eu as boas intenções de V. Ex.” –, Taunay estava determinado a desautorizá-lo: “De boas intenções está o inferno cheio”. Vianna tentou então uma última piada – “Mas eu não quero ir para o inferno” –, que provocou risadas na platéia, mas não em Taunay, que condenou rispidamente a atitude: “É bom acabar com esse incidente”.¹⁷ Naquele dia, a conclusão da fala de Vianna conseguiu arrancar aplausos da oposição, mas o episódio evidenciara a existência de tensões que não podiam mais ser contidas no interior do Partido Conservador e extravasavam em conflitos no plenário.

O *Manifesto republicano*, publicado cerca de doze anos antes pelo Partido Radical, no periódico *A República*, criticava com veemência o controle exercido pelo poder moderador, contestava o regime monárquico e propunha a reformulação da ação política no Brasil:

No Brasil, antes ainda da idéia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território. [...] A Independência proclamada oficialmente em 1822 achou e respeitou a forma da divisão colonial. A idéia democrática representada pela primeira Constituinte brasileira tentou, é certo, dar ao princípio federativo todo o desenvolvimento que ele comportava e de que carecia o país para poder marchar e progredir. Mas a dissolução da Assembléa Nacional, sufocando as aspirações

¹⁷ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 22 de março de 1882.

democráticas, cerceou o princípio, desnaturou-o, e a carta outorgada em 1824, mantendo o *status quo* da divisão territorial, ampliou a esfera da centralização pela dependência em que colocou as províncias e seus administradores do poder intruso e absorvente, chave do sistema, que abafou todos os respiradouros da liberdade, enfeudando as províncias à corte, à sede do único poder soberano que sobreviveu à ruína da democracia.¹⁸

O *Manifesto republicano*, uma carta de princípios em prol da instituição de uma nova ordem política, concorreu para o acirramento de tensões e desentendimentos no interior da facção conservadora. Ao refutar a argumentação de Vianna, Taunay pretendia demarcar a área na qual acreditava que o Partido Conservador deveria atuar. O gabinete liberal, à frente dos ministérios desde 1878, havia alcançado importantes vitórias em face do poder moderador. Algumas delas, com o auxílio do próprio Partido Conservador, capitaneado por Vianna.

A complexidade dos partidos [políticos] se refletia naturalmente na ideologia e no comportamento político de seus membros, dando às vezes ao observador desatento a impressão de ausência de distinção entre eles. Um exame, embora sumário, de alguns problemas cruciais enfrentados pelos políticos do Império pode, no entanto, mostrar tanto as divergências interpartidárias como intrapartidárias.¹⁹

Aliado do imperador, Taunay fez com que Vianna parecesse, aos olhos do ambiente intelectual da corte, um homem atrasado e despreparado, indiferente à civilização e à modernidade. Nos dias seguintes, Vianna foi alvo de inúmeras acusações, que prejudicaram sua imagem e sua posição, mas na sessão de 24 de março de 1882, ele ainda se mostrou disposto para o combate:

Sr. presidente, estou muito arrependido de me haver envolvido nesta discussão dos astros. [...] Fiz muito mal, Sr. Presidente; estava calado, o silêncio é ouro, e não me pertencia saber das cousas que se passam pelos ares, nem dos negócios íntimos do governo, aos quaes fui sempre muito indiferente. Sr presidente, acuda-me que estou em perigo (riso), e em perigo mais urgente do que a passagem deste crédito. De um lado

¹⁸ Cf. MANIFESTO republicano de 1870. In: MENESES, Djacir (Org.). *O Brasil no pensamento brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 725-748.

¹⁹ CARVALHO, op. cit., p. 219.

condenam-me previamente como herético, e esta condenação cahiu dos lábios de pessoa a quem respeito e preso, de um amigo político.²⁰

Reconhecendo-se como o amigo político a quem Vianna se referia, Taunay prontamente retorquiu: “Note V. Ex. que eu disse heresias de ordem metaphysica; não quis dizer que V. Ex. não fosse nem seja illustrado; mas está dominado pelo espírito metaphysico”.²¹ Os dois deputados trocavam no plenário da Câmara acusações vazadas em uma linguagem acadêmica. A encenação do drama cômico narrado por Vianna n’*A conferência dos divinos*, que ele, como orador principal do Partido Conservador, denunciou incansavelmente ao longo dos anos seguintes na tribuna, estava se encerrando. Na década de 1880, a arena política transformou-se em um palco de acusações que partiam de todos os lados. O sistema político fortalecera-se, mas os partidos tradicionais perdiam espaço para novos agrupamentos, os partidos republicanos de São Paulo e de Minas Gerais, províncias que haviam enriquecido com a agricultura e as atividades liberais urbanas. A entrada em cena desses novos atores, com a conseqüente “diversificação da agenda política”, contribuiu para o enfraquecimento da já combalida unidade das elites.²²

A controvérsia entre Vianna e Taunay repercutiu por mais dois meses. Rejeitado três vezes na Câmara, e acrescido de algumas emendas no Senado, o pedido de liberação de verbas para a construção do balão aerostático foi novamente apresentado pelo poder executivo, em maio de 1882. Vianna interpelou a casa, consciente de que precisaria convencer os membros do seu partido a rejeitar, mais uma vez, a solicitação. A Taunay havia se juntado um grupo de conservadores que vociferavam contra Vianna, dentro do próprio partido e no plenário. A ação disciplinar imposta a Vianna não o intimidou, e, em 9 de maio, ele tornou a insistir no assunto, discutindo, direta e abertamente, com membros do seu partido:

²⁰ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 24 de março de 1882.

²¹ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 24 de março de 1882.

²² CARVALHO, op. cit., p. 225.

Não merecia dar-me de suspeito; 1º porque o assunto não merecia essa exceção; e 2º porque a acusação era infundada. O imperador era absolutamente alheio à passagem de Vênus. (Riso) [...] Ficará sempre consignado que eu escrupulisei em votar quando me parecia que suspeitava, ainda que remotamente e por anônimo, da lealdade e da franqueza com que costume proceder na qualidade de representante da nação. [...] Não se tratava de uma questão pessoal, mas de questões geraes de partido, de interesses políticos e muito confessáveis, interesses que são reconhecidos legítimos na vida dos partidos políticos. [...] A questão dos créditos a que se referiu o nobre deputado, não foi arvorada em questão política e não podia ser de forma alguma questão de partido, porque era uma proposta do poder executivo. [...] não me alegro com isso; o nobre deputado está enganado. Quando vejo o poder se aproximar muito dos conservadores, peço licença a V. Ex. para dizê-lo com maior franqueza, sinto vontade imemmsa de fugir. (Risadas) É o único caso para mim de deserção, porém o temor de uma execução prompta é tal que não tenho remédio se não ficar no meu posto. (Risadas) Mas tenho muito medo. [...] Sou philosopho, ao menos tenho tal pretensão, e conseguintemente Sr. Presidente, não estou no caso absolutamente de fazer sacrifício de minha razão a circunstancias passageiras e transitórias, e é sobre inspiração deste princípio que vou continuar o meu discurso e fazer algumas reflexões sobre a atitude do partido conservador nesta câmara durante esta sessão. [...] Os nobres deputados acusaram-me sem malícia de que estou com malícia! (Riso) Mas então Sr. presidente, estou inteiramente mal visto [pelos] nobres deputados.²³

Abatido, aparentemente derrotado e acometido de uma doença grave, Vianna abandonou a batalha.²⁴ No ano seguinte, ele não compareceu assiduamente ao Parlamento, mas quando presente sempre retomava a discussão sobre o orçamento, criticando os altos défices provocados pelos gastos do Estado: “A nação desassossegada, oprimida, quase desesperada reclama de seus representantes o mais minucioso exame de sua despeza, em demanda de alívio sobre os contribuintes, que já parecem muito assustados”.²⁵ Somente com o retorno do Partido Conservador ao comando do poder executivo, Vianna pôde recuperar o espaço perdido na arena política.

²³ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 9 de maio de 1882.

²⁴ Não há referências à doença de que Vianna sofria. Ele já havia anunciado, no dia 24 de março de 1882, que estava sofrendo de “um incomodo de saúde, que se tornou grave, e aos médicos pareceu ser de consequência fatal”. *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 24 de março de 1882.

²⁵ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 11 de junho de 1884.

Uma fase difícil para o império estava começando. Durante a vigência do gabinete liberal, entre 1878 e 1885, os défices públicos elevaram-se a duzentos e trinta e três mil contos de réis.²⁶ Vianna dedicou os anos de 1886 e 1887 à reconquista do prestígio que possuía no Partido Conservador, utilizando como estratégia a crítica contundente à crise financeira do Estado. Conquanto o gabinete liberal houvesse legado uma dívida enorme, ele não atribuía a culpa pela crise financeira ao Partido Liberal: “homem da lei, formado na escola das regras e da tradição, não podia consentir que diante de mim se suprimisse, sem protesto, um poder público. Desde muitos anos, que lavrei este protesto; o que quer dizer que a responsabilidade não é nossa, e nem vossa, a responsabilidade é anterior”.²⁷ O adversário antigo oferecia-se mais uma vez como alvo dos seus ataques, mas a platéia era nova, diferente. E novas e diferentes eram também as vontades do Parlamento. Com o poder moderador sob a desconfiança dos novos grupos representativos instalados na Câmara, Vianna reencontrava a oportunidade para insistir no desmantelamento da figura do imperador. Mais velho, ele continuava recorrendo ao passado, uma coleção de exemplos preciosos, que poderia indicar saídas para a crise: “talvez por defeito de educação, ou preocupação de espírito, sou desconfiado no que pertence ao patrimônio da liberdade pública; e não hei de perder essa desconfiança senão com a vida, por que as lições do passado, em vês de amortecerem-na, aviventam-na”.²⁸ Em 1887, prosseguiu: “Estudai história de todos os governos livres da Europa, ou que parecem sê-lo, e vereis que a onipotência na hora extrema recorre à descentralização para salvar-se que ele procrea”.²⁹ Havia retomado tanto o papel de político como o de filósofo:

Enfim, Sr. presidente, consinta V. Ex. que termine, dizendo: nem a idade nem o tempo têm me desenganado tanto, que creia oportuno dizer ao povo brasileiro, como

²⁶ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 8 de junho de 1886.

²⁷ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 14 de setembro de 1886.

²⁸ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 14 de setembro de 1886.

²⁹ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 17 de maio de 1887.

Demóstenes aos athenienses: - o que vos importa Felipe? Si amanhã vos livrardes delle, creareis outro, por que não podeis viver sem um tyrano.³⁰

Em 22 de junho de 1887, chegou à Câmara uma “solicitação de consentimento para que sua magestade o imperador [... pudesse] sahir do Império”.³¹ Atestados médicos confirmando os estados de saúde debilitados do casal real acompanhavam o pedido. Havia também uma carta do próprio monarca, na qual ele ressaltava que, embora não desejasse ausentar-se do país, necessitava realizar a viagem. Informava que D. Teresa Cristina e ele pretendiam dar continuidade aos tratamentos no exterior e aproveitar o ensejo para participar da abertura de uma exposição na Filadélfia. Para tanto, ausentar-se-iam do Brasil por um período de dezoito meses. A despeito da forte resistência de parte do Parlamento, a requisição foi aprovada. Para Vianna, a imagem do imperador retirando-se do cenário político continha uma lição: “Aquelle que ainda hontem era senhor do Império, hoje não é nem senhor de si! Grande lição!”.³²

Com a viagem de D. Pedro II, a princesa Isabel assumiu a regência do império. No final de 1887, o gabinete conservador de Cotegipe foi dissolvido. O período sem a presença do monarca ameaçava ser turbulento. A escravidão era condenada em todos os quadros políticos do Parlamento. D. Isabel pretendia conduzir uma política de conciliação partidária. Um dos deputados escolhidos para a composição do novo gabinete foi Antonio Ferreira Vianna, designado para a pasta da justiça. Como integrante do gabinete, Vianna foi alvo de inúmeras piadas por parte de seus desafetos políticos, mas não se abalou e levou adiante uma administração que renovou a prática da justiça no Brasil. Saneou as contas do judiciário, suspendendo contratações e redistribuindo o pessoal, reorganizou as forças militares, visando a diminuição da criminalidade, e reformou o quadro prisional brasileiro. Como ministro, Vianna também ficou conhecido pelo projeto de lei que abolia a escravidão

³⁰ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 6 de junho de 1887.

³¹ *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 22 de junho de 1887.

³² *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. Sessão de 22 de junho de 1887.

no Brasil. A lei Áurea, assinada em maio de 1888 pela princesa regente D. Isabel, fora redigida por Vianna, que ainda a defendeu no Parlamento.

Quando D. Pedro II voltou ao Brasil, Vianna foi transferido para uma pasta menos importante. No começo de 1889, ocorreu a derradeira desavença entre os dois.³³ Durante os últimos dias de Vianna como ministro da justiça, o monarca o repreendeu pela ação da polícia no enfretamento violento entre a guarda negra e os republicanos escravocratas. Vianna e o chefe de polícia da corte haviam incentivado as atividades da guarda negra – milícia formada por ex-escravos – contra os comícios republicanos. Às vésperas do fim do império, o imperador mostrava-se mais liberal do que seu antigo desafeto, criticando-o por promover ações antidemocráticas.

Com o advento da república, Vianna ficou deslocado nos novos quadros da política brasileira. Viajou para a Europa, onde reviu D. Pedro II, que lhe concedeu cartas de recomendação para que pudesse encontrar-se com personalidades do Velho Mundo que desejava conhecer, como o papa Leão XIII, que o recebeu no Vaticano.

Vianna faleceu aos sessenta e dois anos, em 1903. Seu legado consistiu em uma forma combativa de fazer política. Preparado nos centros educacionais do império, Vianna sentiu-se premido, desde muito cedo, a atrelar a condição de intelectual à carreira política. No Parlamento, representou mais de um papel. Ora atuava como uma espécie de educador das elites políticas ora defendia a necessidade de um princípio moral para a atuação pública. As inúmeras ocasiões em que se indis pôs com o poder moderador tornaram-no uma personagem importante no cenário político do segundo reinado, que não deve ser ignorada ou esquecida. Sua trajetória demonstra que a política imperial estava orientada por preocupações diversas e organizada por estatutos variados, tanto na apropriação de tradições antigas e estrangeiras, como no empenho para utilizá-las como modelos na elaboração de programas para a modernização da nação.

³³ VIANNA, op. cit., p. 260.

FONTES

ARISTÓTELES. *Política*. 3. ed. Brasília: UnB, 1997.

BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados do Império*. 1869-1889.

MANIFESTO republicano. In: MENESES, Djacir (Org.). *O Brasil no pensamento brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 725-745.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *Do espírito das leis*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].

VIANNA, Ferreira. *A fusão*. São Paulo: [s.n.], 1854.

_____. *A conspiração policial*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1900.

_____. A conferência dos divinos [1867]. In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. (Org.). *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. 265-275.

CONCLUSÃO: CAI O PANO

O início e o fim da tradição tem em comum o seguinte: os problemas elementares da Política jamais vêm tão claramente à luz, em sua urgência imediata e simples, como ao serem formulados pela primeira vez e ao receberem seu desafio final. O início, nas palavras de Jacob Burckhardt, é como um “acorde fundamental”, que ressoa em infindáveis modulações através de toda a história do pensamento ocidental. Somente o início e o fim são, por assim dizer, puros e sem modulação; e o acorde fundamental, portanto, jamais atinge seus ouvintes com maior força e beleza do que ao enviar pela primeira vez seu som harmonizador ao mundo, e nunca de forma irritante e dissonante, que ao continuar a ser ouvido em um mundo cujos sons – e pensamento – não pode mais harmonizar.

Hannah Arendt,
Entre o passado e o futuro

Mais do que esgotar os temas debatidos por Vianna, esta pesquisa procurou oferecer, aos estudos relativos à sociedade brasileira do século XIX, uma outra perspectiva de reflexão sobre os atores da cultura política imperial. Ainda é preciso alcançar outras personagens, trazê-las à tona, pagar o resgate do seu seqüestro. O caminho percorrido foi indicado pelo pressuposto de que a ação política

ultrapassava as necessidades de manutenção dos privilégios das elites. E não obstante o interesse pela preservação do ordenamento social constituísse a tônica dominante naquele cenário político, diversas foram as formas de compreensão da idéia de ordem e também diversas as estratégias propostas para sua conservação. O caso de Vianna confirma que existem muitos personagens e assuntos que não foram estudados, ou pelo menos suficientemente estudados, pela historiografia brasileira. Nas duas últimas décadas, ampliou-se essa percepção, como comprovam o elevado número de livros e artigos publicados sobre a sociedade imperial e o surgimento de revistas direcionadas ao grande público, dedicadas exclusivamente ao passado brasileiro.

Durante longo tempo, a historiografia ignorou a dimensão transatlântica da sociedade oitocentista brasileira, como se os próprios historiadores, insistindo na persecução desesperada da originalidade do Brasil, não conseguissem suportar o peso do passado colonial e das diferentes tradições que ele comportava. Construíram-se preconceitos que contribuíram para velar parte significativa das possibilidades de interpretação do processo de formação política do Brasil. Até a década de 1980, os estudos sobre o império enfatizaram a fragilidade e a inabilidade de Portugal para manter unidas as duas regiões do Atlântico, a crise do sistema colonial, a independência como uma transferência de tutela e, no campo das idéias, a importação de modelos intelectuais.

Com efeito, não é fácil identificar os eventos que alicerçaram a formação social e política brasileira, mas o caminho percorrido pela historiografia parece que consistiu muito mais numa lamentação pelo que não éramos e não havíamos sido do que numa postura compreensiva do passado. Parcela dos historiadores mostrava-se, consciente ou inconscientemente, herdeira de posições como as de Paulo Prado:

Está tudo por fazer, nada se faz, e segundo a chapa corrente - não se sabe para quem apelar. O analfabetismo das classes inferiores - quase de 100% - corre parrelhas com a bacharelise romântica do que se chama a intelectualidade do país. [...] um vício nacional, porém, impera: o vício da imitação. Tudo é imitação, desde a estrutura política em que

procuramos encerrar e comprimir as mais profundas tendências de nossa natureza social, até o falseamento das manifestações espontâneas de nosso gênio criador. [...] Sobre este corpo anêmico, atrofiado, balofo, tripudiam os políticos. É a única questão vital do país – a questão política. [...] Só duas soluções poderão impedir o desmembramento do país e a sua desapareição como um todo uno criado pelas circunstancias históricas, duas soluções catastróficas: a Guerra, a Revolução. [...] Será a afirmação inexorável de que, quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo que foi malfeito. [...] É o que me faz encerrar estas páginas com um pensamento de reconforto: a confiança no futuro, que não pode ser pior do que o passado.¹

Visões como a de Paulo Prado reprimiram percepções mais complexas da política brasileira, suprimindo do discurso histórico representações, idéias e práticas que se forjaram, na América lusitana e no Brasil, pela apropriação de antigas tradições, como a clássica e a ibérica. Impossibilitaram, ainda, a apreensão dos espaços de experiência e dos horizontes de expectativa, jamais homogêneos, dos homens e das mulheres que viveram neste imenso território entre os séculos XVI e XIX.

A educação brasileira do século XIX destinava-se à preparação de uma elite intelectual, que se tornou prestigiada pelo conhecimento e pelas atividades públicas, na administração e no Parlamento, nas quais a retórica era indispensável. A estreita relação da formação intelectual com a atividade política estabeleceu, portanto, um sólido compromisso entre os integrantes das elites, capaz de se sobrepor às divergências e às rivalidades internas. As disputas por colocação estavam, muitas vezes, intrinsecamente associadas à luta pela obtenção do exercício do poder, o qual revelava o *status* de um indivíduo, tornado visível nos símbolos e nas liturgias do segundo império: a abertura e o encerramento das assembléias, realizados pelo próprio imperador; os bailes; a teatralidade das eleições; as festas; os reluzentes uniformes da guarda nacional; a posse dos presidentes de província; as procissões religiosas; os momentos de chegada e de partida das viagens do monarca; os saraus. Esses exemplos demonstram a complexidade das relações de interdependência que

¹ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. Organização: Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 203 et seq.

envolviam os atores da arena política, a qual não se reduzia a mero jogo de imitadores, tampouco a um jogo de compadrios e favores. A formação educacional era o requisito imprescindível à conquista de um papel importante na cena política. E somente a consecução de um local privilegiado podia assegurar a um ator que suas falas fossem ouvidas e, assim, que seus projetos para a nação recebessem atenção.

Para Vianna, os olhos que miravam o futuro não podiam viver sob a angústia de que talvez jamais o contemplassem. De nada lhe serviam a erudição e a retórica se não pudessem ser empregues utilmente. O passado oferecia modelos de idéias e exemplos de ação para a orientação no presente com vistas à construção do futuro, para a criação de um poder político novo, que moldasse o futuro sem olvidar a tradição, inquirindo-a como a mestra do presente. A reflexão que empreendemos esforçou-se por auscultar os ruídos distantes produzidos pela sociedade oitocentista brasileira nos momentos de apropriação de representações, conceitos e idéias remotos. Embora seja relativamente nova, a cultura política brasileira formou-se - e reformou-se - pela apropriação incessante de tradições antigas. Desde o século XV, as reflexões sobre a Antigüidade realizam, a cada instante, o inventário, sempre diferente, das proximidades e das distâncias que unem e separam os modernos e os antigos. Se para alguns indivíduos os tempos antigos pareceram de todo ultrapassados, para outros, como Vianna, forneceram recursos para que pudessem pensar o presente e imaginar o futuro.

O contato com a Antigüidade jamais é direto, não mediado, realizando-se sempre através de outras tradições, que interpelaram as tradições antigas, ressignificando-as e recriando-as. Na sociedade brasileira do século XIX, o conhecimento dos valores e das idéias dos mundos grego e romano realizava-se, inevitavelmente, não apenas pela leitura dos textos *antigos*, mas também pela leitura de outros textos, textos *modernos*, escritos nos séculos XVII e XVIII, que refletiam sobre aqueles mundos desaparecidos. A intelectualidade brasileira do Oitocentos era herdeira de muitas tradições, que tentamos, à medida do possível, abordar ao longo da pesquisa.

Vianna, na luta contra o modelo absolutista que persistia no Brasil do século XIX, empenhou-se em uma tentativa de recuperação de referências antigas, no âmbito da teoria política, procurando atualizar – e não simplesmente imitar – valores e idéias do passado para fundamentar e legitimar um projeto que advoga a reforma do Estado e defendia, principalmente, a independência do indivíduo, bases sobre as quais uma nova sociedade poderia se organizar e repousar. No projeto e na conduta de Vianna, esteve sempre presente a idéia (antiga) de virtude política, centro das decisões relativas ao amor pela pátria e pelo bem público.

A idéia de modernidade política construída no Brasil não foi nunca, em nenhum momento, única, mas sempre diversificada e, às vezes, contraditória. Não houve *uma* idéia, *um* projeto de modernidade, mas múltiplas idéias, que se transformaram com o passar do tempo. A idéia de modernidade de Vianna foi construída em relação a uma idéia de Antiguidade. A contraposição fundamental ocorria na relação dialógica entre uma concepção corporativa da sociedade e o paradigma individualista, tópicos centrais das discussões e das vivências políticas no império brasileiro.

Os significados de antigos conceitos políticos são fabricados nos contextos em que são apropriados. Estudá-los implica acompanhar os diálogos dos modernos com os antigos que tornaram possíveis as ressignificações, identificando as continuidades na herança legada pelos antigos e, simultaneamente, as novidades e as especificidades culturais e intelectuais dos modernos, ou seja, as efetivas rupturas com a tradição.

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: UnB, 1993.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício: iberismo barroco na formação americana*. Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- BARMAN, Roderick J. *Brazil: the forging of a nation (1798-1852)*. Stanford, USA: Stanford University, 1988.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- CARDOSO, Sérgio (Org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1992.
- DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: uma nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- DROIT, Roger Pol (Org.). *Les grecs, les romains et nous: l'Antiquité est-elle moderne?* Paris: Le Monde, 1991.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos indivíduos*. Organização: Michael Schröter. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FALCON, Francisco. História das idéias. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Os domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 91-126.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.
- FINLEY, Moses. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Aspectos da Antiguidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- FLORES, Moacyr. *Dicionário de história do Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. *Mito, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GUIMARÃES, José Otávio Nogueira. A ação do tempo e o tempo da ação: a solidez de Hegel ante a fragilidade grega. *Humanidades*, Brasília, n. 50, p. 117-123, set. 2003.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- HARTOG, François. A Revolução Francesa e a Antiguidade: futuro de uma ilusão, ou desenrolar de um quiproquó? *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 13-44, 2000.
- _____. *Os antigos, o passado e o presente*. Organização: José Otávio Guimarães. Brasília: UnB, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: FAPESP, Hucitec; Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

- _____. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, UERJ, 1999.
- _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2006
- LACERDA, Sonia. Ação, risco, persuasão: o humanismo trágico dos gregos. *Humanidades*, Brasília, n. 50, p. 112-116, set. 2003.
- LIBERA, Alain de. *Pensar na Idade Média*. São Paulo: 34, 1999.
- MAGALHÃES JÚNIOR, R. (Org.). *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do império à república. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 163-171, 1989.
- _____. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de; GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal (1750-1808)*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: 34, 2004.
- MENESES, Djacir (Org.). *O Brasil no pensamento brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- MEIER, Christian. *Introducción a la antropología política de la Antigüedad clásica*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- _____. *Política e graça*. Brasília: UnB, 1997.
- MONTEIRO, Pedro Meira. *Um moralista nos trópicos: o visconde de Cairu e o duque de La Rochefoucauld*. São Paulo: Boitempo, FAPESP, 2004.
- MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: UnB, 2004
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Revan, 2003.

- NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2: Império: a corte e a modernidade nacional. Organização: Luiz Felipe de Alencastro.
- ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: UNESP, 1997.
- PAZ, Octavio. *Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- PINSKY, Jaime. *100 textos de história antiga*. São Paulo: Contexto, 1991.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. Organização: Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ, Relume Dumará, 2002.
- ROULAND, Norbet. *Roma, democracia impossível? Os agentes de poder na urbe romana*. Brasília: UnB, 1997.
- SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: UFG, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: UNESP, 1999.
- TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. 2. ed. rev. e ampl. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: UNESP, 2001.
- TRABULSI, José Antonio Dabdab. *Ensaio sobre a mobilização política na Grécia antiga*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: Difel, Difusão, 1978.
- VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Entre mito e política*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.
- VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e tragédia na Grécia antiga*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: UnB, 1992.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.
- _____. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001.